

Andréa Riskala Franco Honório

**Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na
alimentação escolar no Estado de São Paulo sobre a
formação necessária para atuar nessa área**

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

2009

Andréa Riskala Franco Honório

**Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na
alimentação escolar no Estado de São Paulo sobre a
formação necessária para atuar nessa área**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de São Paulo – Escola Paulista
de Medicina, para obtenção do título de
Mestre Profissional em Ensino em
Ciências da Saúde

Orientadora: Profª Drª Sylvia Helena Batista

São Paulo
2009

Honório, Andréa Riskala Franco

Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar no Estado de São Paulo sobre a formação necessária para atuar nessa área / Andréa Riskala Franco Honório – São Paulo, 2009, 143 p.

Tese (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo / Escola Paulista de Medicina
Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências da Saúde

Título em inglês: Perceptions and demands of nutritionists in school nutrition in the State of São Paulo about required education to work in this area.

1. Alimentação Escolar 2. Nutricionista 3. Formação Profissional
4. Formação do Nutricionista 5. Educação Permanente 6. Nutritionist

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
SUPERIOR EM SAÚDE

Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde
Mestrado Profissional

Diretora do CEDESS: Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Sozogno

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação: Prof^a Dr^a Sylvia Helena Batista

Andréa Riskala Franco Honório

**Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na
alimentação escolar no Estado de São Paulo sobre a
formação necessária para atuar nessa área**

Presidente da banca: Profª Drª Sylvia Helena Batista

Banca examinadora

Profª Drª Cristina Pereira Gaglianone

Profª Drª Ana Maria Cervato Mancuso

Profª Drª Claudia Ridel Juzwiak

Aprovada em: 09 / 10/ 2009

DEDICATÓRIA

Quando, aos 13 anos, decidi que seria nutricionista, não me imaginei aqui! O caminho percorrido é difícil, duro e muitas vezes injusto, porém, cheio de aventuras e desafios.....vale pela recompensa!

É o que eu sinto e percebo nos muitos discursos que ouço!

E por estar acostumada a encarar desafios, próprios da profissão, escolhi pesquisar esse Universo incrível.....

O esforço despendido neste trabalho é dedicado a todos os nutricionistas que, como eu, desejaram ser compreendidos em vários momentos.....

AGRADECIMENTOS

- Ao Prof^o. Dr. José Augusto de A.C. Taddei, provocador contumaz e incansável que me deu a oportunidade de aprender e me fez acreditar que seria possível. Minha admiração e respeito serão eternos! *Se não fosse seu olhar.....*

- À Prof^a. Dr^a. Anne Lise Dias Brasil que sempre me acolheu, compreendeu e que me ofereceu um caminho quando precisei. *Se não fosse sua indicação.....*

- Aos meus colegas da primeira jornada, tantos sushis, quanto já nos divertimos além da pesquisa.....vocês foram minha motivação: Tulio, Mari, Tati, Dani e outros que passaram pela Disciplina de Nutrologia do Departamento de Pediatria da UNIFESP. *Se não fosse seu incentivo....*

- Ao Projeto CRECHEFICIENTE que me proporcionou uma viagem incrível, me introduziu no campo da produção intelectual e me ensinou a fazer pesquisa. *Se não fosse a oportunidade.....*

- Ao CEDESS que me recebeu e ofereceu tantas oportunidades, lugar acolhedor onde encontrei o que esperava de um programa de mestrado! Ao CECANE, que cedeu espaço e estrutura. *Se não fossem esses lugares.....*

- À minha orientadora Prof^a Dr^a Sylvia Helena S. Batista que docemente me acolheu (doce até na hora da bronca....) e me convenceu a começar tudo de novo, além de me conduzir pelo sonhado mundo da Educação! *Se não fosse seu acolhimento.....*

- À minha grande amiga Sueli da Silva, presente que ganhei do CEDESS e do CECANE, sempre disposta a me ajudar e me ensinar. Foi praticamente minha professora particular! *Se não fosse tua ajuda.....*

- Ao meu maravilhoso marido, amigo, companheiro, incentivador e minha agência financiadora. Quando eu desanimava, ele sempre dizia – FAZ!! *Se não fosse teu amor.....*

- Ao meu filho querido que insiste diariamente em me lembrar o valor do estudo e da paciência. *Se não fosse tua presença.....*

- À minha família e meus amigos que são a estrutura sólida e presente na minha vida. *Se não fosse sua existência....*

- À minha turma do Mestrado Profissional, melhor turma de mestrado do mundo, com a qual eu faria mais alguns mestrados!! *Se não fosse essa turma.....*

Ah.....se não fosse o prazer!!!!!!

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas.....	VIII	
Lista de Figuras e Lista de Tabelas.....	IX	
Lista de Anexos.....	X	
Introdução		
Trajectoria profissional.....	1	
O objeto e as questões norteadoras.....	6	
Objetivos.....	10	
1 Referencial Teórico		
1.1 O nutricionista e sua formação.....	12	
1.2 O nutricionista no Programa de Alimentação Escolar.....	21	
1.3 Educação Permanente na formação do nutricionista.....	30	
2 Metodologia		
2.1 Contexto da pesquisa: a capacitação.....	37	
2.2 Conhecendo os nutricionistas.....	39	
2.3 Procedimento de coleta de dados.....	40	
2.4 Questionário.....	42	
2.5 Estudo piloto.....	45	
2.6 Análise dos dados.....	47	
2.7 Aspectos éticos.....	49	
3 Resultados e Discussão		
3.1 Caracterização dos sujeitos.....	51	
3.2 Motivações para atuar no PNAE.....	58	
3.3 Formação para atuar na Alimentação Escolar: percepções.....	63	
3.4 Atividades técnicas consideradas mais importantes.....	68	
3.5 Cotidiano no PAE: dificuldades e desafios.....	75	
3.6 Cotidiano no PAE: satisfação com a prática profissional.....	83	
4 Considerações Finais.....		91
5 Referências.....		96
6 Anexos		
Questionário.....	109	
Termo de consentimento livre e esclarecido.....	113	
Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	116	
Lista de Municípios representados por nutricionistas na pesquisa.....	119	
Proposta de formação.....	121	

LISTA DE ABREVIATURAS

ABERC	Associação Brasileira das Empresas de Refeição Coletiva
AC	Alimentação Coletiva
AE	Alimentação Escolar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEI	Centros de Educação Infantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEDESS	Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde
CECANE	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
CFE	Conselho Federal de Educação
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNE /CES	Conselho Nacional de Educação / Conselho Estadual de Educação
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CRN	Conselho Regional de Nutricionistas
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EP	Educação Permanente
EPS	Educação Permanente em Saúde
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES	Instituição de Ensino Superior
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
ITAL	Instituto Tecnológico de Alimentação
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não Governamental
OPEAS	Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Programa de Alimentação Escolar
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação e Previdência Social
SIEEESP	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo
SC	Santa Catarina
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade federal de Goiás
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UE	Unidade Educacional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios do Estado de São Paulo que participaram da pesquisa.....	51
Figura 2 – Distribuição percentual quanto à titulação dos nutricionistas pesquisados.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos nutricionistas participantes da pesquisa segundo faixa etária.....	52
Tabela 2 – Distribuição percentual dos nutricionistas participantes da pesquisa segundo tempo de formação acadêmica.....	53
Tabela 3 – Distribuição percentual dos nutricionistas participantes da pesquisa por tempo de atuação em Alimentação Escolar.....	55
Tabela 4 – Atividades consideradas mais importantes na perspectiva das nutricionistas participantes da pesquisa.....	69

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Questionário.....	109
Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	113
Anexo 3 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP.....	116
Anexo 4 – Lista dos Municípios representados por nutricionistas na pesquisa.....	119
Anexo 5 – Proposta de formação.....	121

RESUMO

Este estudo tem como objetivo conhecer as percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar sobre sua formação para atuar nessa área da Nutrição. A investigação foi realizada por meio de aplicação de questionário autoperenchível a 39 participantes de uma capacitação para nutricionistas atuantes no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) realizada em alguns municípios de São Paulo, no 2º semestre de 2008. Todas as participantes eram mulheres, com idade entre 30 e 36 anos e até 10 anos de graduação, a maioria especialista e atuando na alimentação escolar há 5 anos, cumprindo 40 horas semanais. Buscam atualização participando de eventos específicos da área, porém, não têm experiência de participação em atividades de Educação Permanente. Quase 60% das nutricionistas disseram ter vindo atuar na área para aproveitar uma oportunidade de trabalho e não porque a almejavam ou tinham planejado, deixando a impressão de casualidade. Cerca de 79% consideraram que a graduação **não** as preparou adequadamente para a atuação na área de alimentação escolar, já que não são ou são pouco abordados temas pertinentes ao Programa da Alimentação Escolar. A falta de estágios na área e estágios inadequados ou insuficientes também foram destacados como uma falha da graduação. Há queixa constante sobre a baixa valorização do trabalho do nutricionista que atua nesta área. Entre as dificuldades que enfrentam no cumprimento de suas tarefas, as mais citadas são relacionadas à gestão local do Programa. Consideram o desenvolvimento de projetos de Educação Nutricional como sua atividade mais importante e, paradoxalmente, a que apresenta maiores dificuldades para ser executada. Citam também a capacitação de cozinheiras, a elaboração dos cardápios e a supervisão das Unidades como atividades mais importantes. Apesar das dificuldades e queixas, a maioria manifesta **satisfação** com sua prática na alimentação escolar, porém, considera necessária alguma mudança, demonstrando estarem conscientes de que há um desconforto com a própria prática. Este estudo reforça a importância de ampla discussão sobre a formação do nutricionista e a adequação dos currículos às demandas atuais, além da relevância da Educação Permanente nessa formação. Para atender aos profissionais que já atuam na alimentação escolar foi elaborada uma proposta de formação.

Palavras chaves: nutricionistas, alimentação escolar, formação profissional, percepções.

ABSTRACT

This study aims to ascertain the perceptions and demands about education of nutritionists that work with school nutrition in this area of Nutrition. Research was conducted by applying questionnaire to 39 participants in training engaged nutritionists in National School Feeding Programme (PNAE) held in some municipalities of São Paulo State, at the 2nd half of 2008. All participants were women, aged 30 to 36 years and up to 10 years of graduation. Most of them are specialists and work in school nutrition for five years at least, with 40 hours per week. Looking for participating in specific update events in this area, but they do not have experience of attending Permanent Education activities. Almost 60% of nutritionists who participated in the survey said they have been working in this area to seize a job opportunity and not because they had aimed or planned, leaving the impression of casualness. Approximately 79% considered that graduation **has not** prepared them adequately to work on school nutrition area, since there are not or not much addressed themes relevant to the school feeding programme. The lack and inadequate or insufficient stages were deployed as a failure of graduation. There is also a constant complaint about low appreciation of the nutritionist work in this area. Among the difficulties they face in fulfilling their tasks, the most mentioned were related to local management of the programme. They considered the development of Nutrition Education projects as the most important activity in their daily work and paradoxically the greatest one in difficulties to run. Moreover, they also mentioned cooks education, menus preparation and units supervision as the important activities implemented in practice. Nevertheless, most sample nutritionists expressed **satisfaction** with their daily practice in school feeding, however, they considered some change is required to improve their working routine, demonstrating they are aware that there is a discomfort in their own practice. This study underscores the importance of wide discussion about nutritionist formation and the adequacy of curricula to current demands of this task, in addition to the importance of standing in formation. To serve professionals who already provide school nutrition was drawn up a proposal for formation.

INTRODUÇÃO

Trajetória profissional

Iniciada em 1989, ano da minha graduação em Nutrição, minha trajetória profissional estende-se por um caminho de 14 anos na área de alimentação coletiva, experiência que foi construída no percurso, por meio de sucessivos trabalhos, administrando serviços de alimentação em restaurantes de coletividade. Este era um mercado de trabalho em ascensão nos anos 90, oferecendo boas oportunidades para recém-formados. O grande número de refeições servidas diariamente e os diversos tipos de serviços em alimentação oferecidos ao cliente eram os principais desafios encarados pelo nutricionista, além do gerenciamento de uma grande equipe de trabalho para atender as especificidades dos contratos. A sobrecarga de trabalhos administrativos e burocráticos pertinentes ao cargo do nutricionista sempre me incomodava, porém, o apreço pelo trabalho em equipe e o aprendizado constante me mantinham numa zona de conforto suficiente para avançar.

As questões ligadas à Alimentação e Nutrição Infantil sempre me despertaram interesse, mesmo durante minha trajetória neste outro campo da Nutrição. Nesta fase, para me manter atualizada frequentava cursos e palestras na área, comprava livros e lia sobre o assunto. A possibilidade de aprendizagem de bons hábitos alimentares no período de crescimento e desenvolvimento infantis, a prevenção de doenças crônicas na vida adulta a partir do aprendizado na infância, os distúrbios nutricionais na infância e a educação nutricional eram os temas que eu pesquisava, alimentando futuros projetos na área da Nutrição Infantil. Na minha prática eu não tinha oportuni-

de lidar com esta temática, já que trabalhava com a administração do serviço de alimentação para trabalhadores adultos e sadios.

No final de um período de 14 anos, ao fazer uma avaliação da minha carreira, percebi inconsistência na relação entre os objetivos planejados inicialmente e os alcançados, além do pouco prazer gerado na minha prática diária e do desejo de mergulhar em outro campo da Nutrição. Apesar disso, considero relevante, neste momento, minha evolução técnica e qualitativa, sobretudo a satisfação pelo reconhecimento do trabalho executado, mas faltava desenvolver projetos relativos ao meu interesse pessoal pela Nutrição Infantil e pela Educação.

Busco, a partir desta reflexão, uma nova orientação em minha carreira, iniciando pela reconstrução de um corpo de conhecimentos que me possibilitasse percorrer um caminho de realizações na área almejada.

Iniciei fazendo especialização em Nutrição Materno Infantil e trabalhando como voluntária em projetos desenvolvidos pela disciplina de Nutrologia do Departamento de Pediatria da UNIFESP, com crianças e professores de CEI's (Centros de Educação Infantil) de São Paulo, abordando questões relativas à saúde, alimentação infantil e educação nutricional. Projetos como *Crecheficiente*, *Escola promotora de saúde*, *Treinamento de educadores de creches e berçários* desenvolvido pelo SIEEESP (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo) e o espaço do *Ambulatório de Especialidades do Departamento de Nutrologia Pediátrica da Universidade* que atende crianças com distúrbios nutricionais, me permitiram interações com a temática da Educação em Saúde. Nesses projetos, tive os primeiros contatos com a Alimentação Infantil nos CEI's e no Ensino Fundamental, além dos movimentos de Educação Nutricional promovidos por

nutricionistas e educadores nesses espaços. A criança tem todo o seu aprendizado vinculado aos adultos que a cercam e as práticas alimentares nos primeiros anos de vida constituem marco importante na formação dos hábitos da criança, futuro adulto (VÍTOLO, 2003).

Este espaço de ensino-aprendizagem me proporcionou proximidade, além de crescente interesse pelas ações educativas, promoção da saúde e as primeiras reflexões sobre a importância da pesquisa na área de desenvolvimento de novas concepções de formação profissional para atuação na área de Alimentação e Nutrição Infantil.

A Educação em Saúde contribui para a formação e o desenvolvimento das pessoas em relação a questões de saúde e à organização para ações coletivas. Neste sentido, ações educativas não consistem apenas em orientar as pessoas sobre providências para prevenção e controle dos agravos à saúde. Têm o sentido de estimular e promover o senso de identidade, autonomia e responsabilidade, bem como a solidariedade e a responsabilidade comunitária, na busca de melhores condições de vida (GOTTARDI e SILVA, 2003).

Estava, assim, estabelecida minha relação com a Educação em Saúde e, a partir daí, crescia meu interesse pelo aprofundamento dos assuntos que permeiam e contextualizam a temática. A progressiva aproximação com o tema desperta, naturalmente, inquietações que derivam do desenrolar das práticas de trabalho. Por meio de contato próximo com as educadoras de CEI's e Berçários, pude perceber que, embora elas tivessem conhecimento sobre como desenvolver determinadas atividades em saúde no seu cotidiano, nem sempre as praticavam. Qual a importância da reflexão sobre a própria prática e sua influência na construção do conhecimento técnico? Por que é tão distante

a relação entre saber e fazer? Como sensibilizar o profissional a incorporar novos elementos à sua prática? Essas foram minhas primeiras inquietações...

Para pesquisar esta área do conhecimento procurei o Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), órgão da UNIFESP que assume a missão de desenvolver atividades no campo da Educação em Saúde.

Buscando encontrar respostas às minhas inquietações, já matriculada no Mestrado Profissional no CEDESS, conheci um projeto desenvolvido pela parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Instituições de Ensino Superior (IES) que criava Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), com o objetivo de contribuir para a efetivação e consolidação da Política de Segurança Alimentar no ambiente escolar. A intenção da parceria é descentralizar ações do FNDE, de forma a atingir objetivos propostos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável pelo fornecimento de alimentação a quase 35 milhões de alunos da rede escolar pública brasileira (FNDE, 2008).

Assim como os demais centros colaboradores distribuídos pelas regiões geográficas do Brasil, o CECANE Unifesp realiza pesquisas e desenvolve projetos relacionados à alimentação e nutrição dos estudantes de escolas públicas e filantrópicas, atendidas pelo PNAE.

No início de 2007 fui convidada a participar da organização e implantação de atividades de capacitação de agentes do PNAE, projeto de Educação Permanente desenvolvido pelo CECANE. Com o intuito de envolver-me com o assunto e participar ativamente das atividades tive contato com amplo material

sobre o tema e com nutricionistas que atuam na área da Alimentação Escolar – conheci seu cotidiano de trabalho, suas práticas no Programa, suas dificuldades. Particpei ativamente da equipe criadora da metodologia e do material didático utilizados na Capacitação de nutricionistas do PNAE, desenvolvida pelos CECANE's de todo o país. Por meio destes contatos, surge interesse por um estudo mais aprofundado sobre o profissional que atua na Alimentação Escolar: é neste momento que começa o delineamento do sujeito da minha pesquisa.

Desenvolvendo questões ligadas à Educação Permanente, tanto no projeto em que trabalho como nas disciplinas do Mestrado, fui refletindo sobre as inquietações que trazia comigo ao longo do caminho e construindo hipóteses para desenvolver minha pesquisa. A Educação Permanente em Saúde, ao mesmo tempo em que busca atualização cotidiana das práticas segundo os mais recentes aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis, insere-se em uma construção de relações e processos que vão do interior das equipes em atuação conjunta (...) às práticas organizacionais. A Educação Permanente em Saúde pode ser orientadora das iniciativas de desenvolvimento dos profissionais e das estratégias de transformação das práticas de saúde (CECCIM, 2005).

Como prática institucionalizada, seu objetivo é promover mudança institucional, fortalecer as ações de equipe, transformar práticas técnicas e sociais, adotando uma pedagogia centrada na resolução de problemas e efetuada no ambiente de trabalho, de maneira a promover a apropriação do saber científico, responsabilidade da instituição na qual o profissional de saúde atua (RIBEIRO, 1996).

A partir das concepções da Educação Permanente foi possível refletir sobre as várias questões que permeiam a prática do nutricionista em Alimentação Escolar e discutir a importância da sua formação para atuar nesta área tão específica. O delineamento desse estudo emerge das questões abordadas até aqui.

O Objeto e as questões norteadoras

O artigo 2º da Resolução CFN nº 380/2005 define as áreas de atuação do nutricionista e prevê que as atividades próprias da Alimentação Escolar são características da área de Alimentação Coletiva (CFN, 2005). A pesquisa *O perfil do nutricionista no Brasil*, realizada pelo CFN em 2005, aponta que a Alimentação Coletiva é a maior área de atuação do nutricionista nos Estados de São Paulo e Mato Grosso (CRN3), alcançando cerca de 37,3% dos nutricionistas entrevistados. Dos que atuavam em Alimentação Coletiva, apenas 15,5 % trabalhavam com alimentação escolar.

A presença do nutricionista na Alimentação Escolar é determinada pelo Conselho Federal de Nutricionistas através da Resolução CFN nº 358/2005 que dispõe sobre as atribuições do profissional no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE). Ele assume a Responsabilidade Técnica pelas atividades, compromisso profissional e legal na execução dessas atividades, de acordo com a formação e os princípios éticos da profissão, visando à qualidade dos serviços prestados à sociedade. Compete ao nutricionista, no exercício de suas atribuições planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços

de alimentação e nutrição. Realizar assistência e educação nutricional à coletividade ou indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas (CFN, 2005).

O nutricionista tem na Alimentação Escolar a oportunidade de desenvolver outros papéis além de administrador de refeições, desenvolvendo seu potencial como educador em nutrição, atuando para a transformação do espaço da merenda escolar em um ambiente de promoção da saúde e de aprendizagem, considerando que a alimentação saudável se inclui nos requisitos de promoção da saúde no ambiente escolar, definidos pela Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde - OPAS/OMS (AZEVEDO, 1999). O nutricionista, cuja formação tem interface com o campo educativo, pode (e deve) ter participação ativa nessas discussões, interagindo com a equipe escolar, propondo atividades com o objetivo de esclarecer a importância do PNAE, discutindo sua função na escola e contribuindo para o reconhecimento de seus limites e das possibilidades como instrumento educativo em nutrição (COSTA E RIBEIRO, 2001).

Explorando, no serviço de alimentação escolar, situações que permitam adquirir conhecimentos significativos a partir da experiência cotidiana, o nutricionista cria condições para tornar o ambiente onde quem atua também ensina e aprende, na busca por melhores condições de saúde. Roschke (s.d.), recomenda que o profissional nutricionista seja competente para organizar e facilitar o encontro entre o sujeito que aprende e o conhecimento a ser aprendido e que esteja atento para tornar as experiências no trabalho em experiências de aprendizagem (ROSCHKE *apud* COSTA E RIBEIRO, 2001).

Nesse contexto das atividades do nutricionista na Alimentação Escolar é que vai se delineando o objeto da pesquisa, para responder às questões que vão aparecendo ao olhar mais atento para o sujeito:

- O que os nutricionistas da Alimentação Escolar precisam conhecer para atuar nesta área específica?
- Quais temas eles consideram fundamentais para o bom desenvolvimento do seu trabalho?
- Quais suas percepções sobre as necessidades de formação do grupo?

Esta pesquisa pretende estudar quais as demandas que os nutricionistas percebem importantes para trabalhar na área de alimentação escolar, o que pensam sobre sua prática e formação para atuar na área. Seriam os conhecimentos adquiridos no curso de formação suficientes para responder às demandas impostas pela prática?

Segundo Minayo (1992), qualquer situação humana só é caracterizável, quando se tomam em consideração as concepções dos participantes, a maneira como a experimentam, suas tensões e reações. Nesse sentido, o presente estudo tem a missão de conhecer a opinião dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar sobre a relação entre sua formação e sua prática na área, orientando-se pela questão:

- *Quais as percepções e demandas dos nutricionistas sobre a formação necessária para atuar na área de Alimentação Escolar?*

Para apresentar esta dissertação de forma clara, buscou-se estruturá-la seguindo o fluxo natural da execução da pesquisa. Inicialmente, aborda-se o Referencial Teórico (1) utilizado para construir a discussão proposta pela

pesquisa, tratando da formação do nutricionista, sua relação com a Alimentação Escolar e as possibilidades da Educação Permanente aplicada nesse cenário.

À seguir, a Metodologia (2) utilizada para execução da pesquisa é descrita iniciando pela contextualização do cenário, descrevendo o sujeito e o instrumento utilizado para coletar os dados, além dos passos seguidos na execução da pesquisa. Para apresentar os Resultados (3), optou-se por agregar as discussões pertinentes a cada dado encontrado, facilitando a interpretação do leitor. Esse item foi dividido em subitens, conforme respondiam aos objetivos específicos propostos. As Considerações finais (4) trazem uma análise crítica do trabalho, decorrente dos resultados e discussões apresentadas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- ✓ Conhecer as percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar sobre sua formação para atuar nessa área da Nutrição.

Objetivos Específicos

- ✓ Caracterizar os nutricionistas atuantes na área de alimentação escolar no Estado de São Paulo
- ✓ Identificar os motivos que os levam a trabalhar com alimentação escolar
- ✓ Apreender suas percepções sobre a formação para atuar nesta área.
- ✓ Identificar suas dificuldades no desenvolvimento das tarefas cotidianas na alimentação escolar.
- ✓ Mapear as atividades consideradas mais importantes na prática cotidiana de trabalho.

- ✓ Identificar a satisfação com a prática cotidiana de trabalho na alimentação escolar e respectivos motivos.

Estes objetivos inscrevem-se em uma perspectiva de produzir uma proposta de Educação Permanente para nutricionistas que atuam no Programa de Alimentação Escolar do Estado de São Paulo.

1 Referencial Teórico

1.1 O nutricionista e sua formação

No cenário mundial, a emergência do campo da Nutrição como ciência, política social e/ou profissão é um fenômeno relativamente recente, característico do início do século XX (VASCONCELOS, 2002).

O nutricionista surge no Brasil nos anos 30/40 como dietista, terminologia também usada na Europa, EUA e Canadá. Nessa época, atuava no ambiente hospitalar com a responsabilidade de prestar assistência ao paciente quanto à alimentação e também assumia um papel administrativo no controle de custos e gastos. Santos (1988) assinalava que o dietista era um profissional de nível médio, cuja formação e campo de prática eram pré-definidos pelos ideólogos da problemática alimentar brasileira da época, os médicos nutrólogos.

A formação do dietista era incentivada pela demanda deste profissional criada pela SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social, vinculado ao Ministério do Trabalho - no governo Getúlio Vargas, caracterizado pela implementação de políticas trabalhistas, com o intuito de melhorar a vida do trabalhador, aumentando sua capacidade de trabalho. O próprio SAPS, sob direção de médicos nutrólogos, oferecia, desde 1943, cursos de um ano para formação técnica de dietistas; depois, os cursos passaram a ter duração de três anos para formação de nutricionistas (SANTOS, 1988, *apud* COSTA, 1999).

Aos poucos os cursos foram sofrendo alterações, aproximando-se das características do curso do Instituto Nacional de Nutrição da Argentina, sob influência do médico Pedro Escudero, formando um profissional de nível

universitário com conhecimentos específicos de Nutrição, com funções e responsabilidades próprias de atenção dietética ao indivíduo sadio ou enfermo, de forma individual ou coletiva (ICAZA, 1991).

Ainda nos anos 40, em um contexto mundial, as vertentes biológica e social deram origem a dois campos da Nutrição, considerados especialização-matriz: a Nutrição Clínica (dietoterapia) e a Alimentação Institucional (alimentação coletiva). Enquanto a primeira é voltada ao desenvolvimento de ações de caráter individual, centrada no alimento como agente de tratamento, a segunda volta-se para a administração da alimentação de coletividades sadias e enfermas (VASCONCELOS, 2001).

Segundo Vasconcelos (2002), é possível identificar essas duas áreas do saber, bem definidas e distintas, influenciando a constituição do campo da Nutrição no Brasil: a *área biológica*, preocupada com aspectos clínicos e fisiológicos do consumo de nutrientes e a *área social* que abordava aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos e refeições pela população brasileira, com atuação voltada para o coletivo. Naquele momento, o processo de formação do nutricionista visava formar um profissional para atuação tanto em Nutrição Clínica como em Alimentação Coletiva (VIANA, 1996).

A ação do nutricionista, categoria profissional relativamente nova, era necessária aos programas de nutrição em saúde, inseridos nos serviços integrados de saúde, como uma especialização necessária e utilizada de forma complementar ao ato médico. Suas atividades deveriam ser exercidas nos serviços de saúde pública e em serviços de alimentação em hospitais, centros de saúde e outras instituições, para a administração e tratamento dietético dos enfermos (ORGANIZACIÓN..., 1977 *apud* COSTA, 1999).

Observa-se que o termo “nutricionista” já aparece usado na criação do primeiro curso para formação de nutricionistas, do Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo em 1939 e vai se consolidando, à medida que outros cursos surgem. Paralelamente, faz-se necessário diferenciar este novo profissional de nível superior do dietista, técnico de nível médio e também do médico nutrólogo, tratado por nutricionista em alguns documentos daquela época (GIL, 1986; YPIRANGA e GIL, 1989; BOSI, 1996; VASCONCELOS, 2002). Em 1958 foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Nutricionistas do Rio de Janeiro, que recomendou a eliminação da duplicidade de termos e a substituição de *dietista* por *nutricionista* (SANTOS, 1988). A decisão pela substituição dos termos só seria oficializado internacionalmente mais tarde, em 1966, a partir da I Conferência de Adestramento de Nutricionistas Dietistas de Saúde Pública, realizada em Caracas, Venezuela (BOSI, 1996).

O processo de formação do nutricionista brasileiro, idealizado pela primeira geração de médicos nutrólogos, iniciou na década de 1940, quando foram criados os quatro primeiros cursos do País, em São Paulo e Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 2002). Nas décadas de 50 e 60, quando caminha o reconhecimento dos cursos de Nutrição em nível superior, foram criados mais cursos no país e começa a caminhar o processo de regulamentação da profissão. Em 1957, é criado pelo médico Nelson Chaves o Curso de Nutricionistas do Instituto de Fisiologia e Nutrição da Faculdade de Medicina do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco), apontado como precursor da formação de profissionais para atuação no campo da Saúde Pública (ASSOCIAÇÃO..., 1991; CONSELHO FEDERAL...,1999). A partir daí, parece que o processo de formação do nutricionista no Brasil, antes centralizado nas duas características da prática profissional (orientação dietética nos serviços de saúde e administração de serviços de alimentação de trabalhadores), passa a incorporar um terceiro campo de ação: a Saúde Pública (YPIRANGA & GIL, 1989). Este campo foi construído através do desenvolvimento de ações de caráter coletivo, que contribuíam para a garantia de que a produção e

distribuição de alimentos fossem adequadas e acessíveis a toda a sociedade. Os focos eram os estudos sobre a epidemiologia da desnutrição protéico-calórica, os diagnósticos nutricionais da população e os programas de intervenção nutricional (VASCONCELOS, 2001).

Somente em 1962, o Conselho Federal de Educação - CFE- reconheceu o curso de Nutrição como de nível superior. Em 1964, o então Ministério da Educação e Cultura - MEC - estabeleceu currículo mínimo e fixou a duração do curso em três anos. Em 1967, a profissão foi regulamentada pela Lei 5.276/67 e o nutricionista passou a ser enquadrado como profissional liberal autônomo (BOSI, 1996; CFN, 2003). Em 1974, o CFE estendeu a duração do curso para quatro anos, divididos em oito semestres.

A graduação do nutricionista manteve-se restrita a apenas sete cursos até a década de 70, quando ocorreu explosivo aumento do ensino superior no País, a partir da Reforma Universitária, que incrementou a formação profissional em todos os cursos da área da saúde. Em 1982 já eram registrados 30 cursos para graduação do nutricionista no Brasil (GIL, 1986).

Sob a coordenação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN (autarquia vinculada ao Ministério da Saúde) surge, ainda na década de 70, uma diretriz do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN - que estimula o processo de graduação e capacitação de recursos humanos em Nutrição. É também neste período que tem início no país a criação dos cursos no setor privado (VASCONCELOS, 2002). Todos esses fatores contribuem para explicar o grande aumento dos cursos para graduação do nutricionista no Brasil, a partir da década de 70.

Nas décadas de 80 e 90 ocorre intensa ampliação de cursos no País, pelas conquistas dos nutricionistas como categoria profissional e aumento expressivo

de profissionais no mercado de trabalho. Na década de 80, foram criados 12 novos cursos no país e, em 1996, o CFN já registrava um total de 45 cursos de graduação de nutricionistas. Esse número continuou aumentando expressivamente nos anos seguintes, chegando a 123 em 2000 (CFN, 2003). Segundo dados atualizados do CFN, em maio de 2009 havia 383 cursos registrados em todo o País (CFN, 2009).

Tal característica vem se mantendo e acompanhando todo o histórico de graduação do nutricionista: enquanto em 2000 o CFN registrava 24.731 profissionais com inscrição definitiva, em 2009, esse número aumenta para 44.974 nutricionistas em todo o país (CFN, 2009). Foi um crescimento da categoria de quase 82% em apenas nove anos!

Dados tão expressivos levam a questionar a qualidade de formação oferecida por tantos cursos de graduação e a sua interação com a prática.

Para ampliar a discussão sobre a formação do nutricionista é necessário diferenciar a **graduação** da **formação** como processo contínuo de aprimoramento profissional, ambas discutidas neste estudo. Tratamos aqui da graduação como processo de educação superior (universitária), visando à formação para inserção profissional. A **formação** compreende um processo *contínuo* de aprendizagem ancorado na intencionalidade, nas características de cada pessoa, nas especificidades de determinada sociedade, nas expectativas de inserção profissional, nos projetos de vida em grupo. Assume-se aqui a compreensão de formação como processo permanente, com momentos provisórios de terminalidade, gerando novas oportunidades de desenvolvimento (BATISTA e BATISTA, 2004).

O artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 5, de 7/11/2001 que institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Nutrição, prevê como perfil do nutricionista:

um profissional com formação generalista, humanista e crítica, capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e a atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que alimentação e nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural.

No plano curricular, o diagnóstico nacional dos cursos de Nutrição realizado pelo MEC, em 1981, detectou conteúdos excessivamente teóricos nos currículos, direcionados para os aspectos biológicos da graduação, sem suficiente articulação com os aspectos sociais e pressão do mercado de trabalho para o setor de alimentação coletiva (BRASIL, 1983).

Já em 1982 uma constatação semelhante diz respeito à relação *formação e prática* do nutricionista surgida durante o II Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição, evento realizado em Brasília, cujo objetivo era fornecer subsídios para a política de capacitação do nutricionista e identificar estratégias de articulação das IES com a prática profissional em Nutrição. A principal constatação do Diagnóstico, também identificada em outros trabalhos sobre o tema, foi o crescente distanciamento entre a formação acadêmica e a prática profissional, já que os objetivos teóricos da formação apresentavam-se em descompasso com as exigências do mercado de trabalho (YPIRANGA, 1991; BRASIL, 1983; BOSI, 1996).

Além dos dois campos de atuação do profissional que são priorizados nos conteúdos (área clínica e alimentação do trabalhador) e nos estágios da

graduação, também há dissociação entre esses conhecimentos e as questões sociais. Bosi (1988) já alertava para um interesse subjacente em formar uma categoria subordinada, sem autonomia prática. No mesmo estudo, já apontava que os currículos privilegiavam a vertente biológica com menor ênfase nas áreas de Saúde Pública, dificultando sua articulação com a dimensão social da Nutrição e desfavorecendo a construção de uma prática voltada para o coletivo. Também alertava sobre a dificuldade do nutricionista em transpor o nível de execução de tarefas no mercado de trabalho, dada a estrutura curricular da formação que recebia, partindo-se do princípio de que a concepção teórica tem grande influência na prática profissional. Ypiranga, em 1991, também destacava um descompasso entre teoria e prática na formação do profissional nutricionista.

Pode-se pensar também a respeito da ambigüidade da expressão *formação generalista* (BOSI, 1996; BANDUK, 2000 *apud* SOARES, 2007) descrita no perfil profissional, o que pode contribuir para a pouca apropriação do perfil profissional pela própria categoria. Tanto pode ser usada para designar uma formação ampliada, gerando um profissional competente para atuar em várias áreas da Nutrição, como pode expressar a pouca especificidade da formação, gerando insegurança para atuação no mercado de trabalho. Alguns estudos tratam da questão da identidade do nutricionista (SANTOS, 1988; ROTEMBERG e PRADO, 1991; BOSI, 1996; VIANA, 1996; BANDUK, 2005) e relatam que este sempre foi e continua sendo um dilema central para o profissional.

Embora pareça necessário promover alterações nos currículos da graduação, privilegiando aspectos político – sociais em momentos reflexivos, dialógicos e de pesquisa, não se trata apenas disso. É preciso considerar que há uma formação profissional importante que ocorre após a graduação, na medida em que vão acontecendo experiências na prática de trabalho.

Segundo Imbernón (2004) as tendências mais atuais no campo da educação apontam para a necessidade de voltar o ensino para a realidade da vida profissional futura, empregando uma metodologia presidida pela pesquisa-ação como importante estratégia de aprendizagem, a fim de propiciar a reflexão necessária para construir e reconstruir a teoria a partir da prática, aprendendo a lidar com o inesperado.

Atualmente, é consenso no mercado de trabalho que todo profissional precisa manter-se em constante aprendizado, tanto em sua área, como em temas correlatos. Nesse sentido, a graduação deixa de ser a única formação necessária e se valorizam as aprendizagens que

“se realizam ao longo das suas trajetórias pessoais, sociais e profissionais, ultrapassando as tradicionais fronteiras espaços-temporais delimitadas institucionalmente pelos sistemas de educação/formação. A produção e a difusão do conhecimento e, concomitantemente, a aprendizagem deixam de ser um monopólio dos sistemas de educação/formação, na medida em que ultrapassam os espaços-tempos formais, tradicionalmente delimitados e balizados pelas instâncias educativas” (PIRES, 2007, *apud* RIBEIRO, 2007).

A formação e a atuação do nutricionista têm sido estudadas e discutidas; entretanto, há carência de estudos e análises que apontem situações a serem corrigidas e aspectos a serem aprofundados no processo de formação, com vistas à sua prática profissional (PRADO e ABREU, 1991; PARANÁ, 2004).

COSTA (2002), em seu livro “*A formação do nutricionista: educação e contradição*” propõe uma reflexão que extrapola a relação entre formação e demanda do mercado de trabalho e mostra outro ponto de vista sobre esta relação. Sem negar a importância da dimensão técnica da profissão, ela salienta a necessidade de definir o perfil profissional elaborado pelos cursos de Nutrição, pela própria categoria e suas instâncias representativas, a fim de não

permitir que o mercado de trabalho sozinho determine como e qual deve ser a formação do profissional. Esta é uma discussão atual que esta pesquisa não abarca, mas tenta contribuir no sentido de trazer para o debate o olhar do nutricionista de uma determinada área sobre a relação entre sua formação e sua prática cotidiana.

O exercício profissional pressupõe um corpo de conhecimento e habilidades, estabelecendo uma estreita relação entre *saber* e *profissão*. O controle sobre determinada esfera do conhecimento, apresenta-se, portanto, como uma questão crucial para os profissionais em busca de construção de uma identidade e um aspecto fundamental à profissionalização (BOSI, 1996). A compreensão de que a construção da identidade pode e deve ser realizada a partir da graduação é um passo importante (BANDUK e col, 2009).

Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre a maior inserção das questões sociais e políticas públicas na formação profissional, ampliação da prática e dos momentos dialógicos na formação e das necessidades que emergem do mercado de trabalho. Para subsidiar qualquer proposta no sentido de implementar a formação profissional do nutricionista da alimentação escolar é fundamental conhecer a percepção dos profissionais que nela estão atuando.

1.2 O Nutricionista e o Programa de Alimentação Escolar

O nascimento do Programa de Alimentação Escolar na década de 40 confunde-se com as ações do SAPS, cuja finalidade era garantir refeições dignas e baratas à emergente mão-de-obra industrial, implantando para isso, uma rede de restaurantes populares nos grandes centros. Em 1945, funcionavam no Rio de Janeiro, seis unidades do SAPS e outras quarenta e duas foram instaladas pelo país, sempre sob a coordenação do governo. A cozinha do Restaurante Central no Rio de Janeiro despachava caminhões térmicos com milhares de marmitas para distribuição nos locais de trabalho.

O primeiro diretor dessa autarquia foi o médico Josué de Castro, coordenador de vários estudos sobre a condição alimentar e nutricional da população brasileira. Os SAPS ofereciam *desjejum para filhos dos operários*, o *copo de leite escolar* e as *sopas escolares* (ROSEMBURG, 1972, *apud* STEFANINI, 1997). Até os anos 60, a Instituição atuou também no fomento de emprego, formação profissional e alfabetização de adultos. Os cursos objetivavam a formação de *visitadoras de alimentação* (em Fortaleza e Belo Horizonte), atuando como embrião do preparo dos primeiros nutricionistas no Brasil. O SAPS ocupava um vácuo institucional deixado pela falta de políticas públicas e mudanças estruturais no país (EVANGELISTA, 2007).

Dante Costa, chefe da Seção Técnica do SAPS, implantou, em 1942, o desjejum escolar, servido das 6h30 às 7h da manhã. Em 1953, 10% dos estudantes das escolas primárias se beneficiavam da alimentação escolar. A UNICEF e a FAO envolveram-se neste processo, doando alimentos para as campanhas. O programa estadual paulista começou em 1945, sob a responsabilidade da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar, fornecendo recursos financeiros a 15 escolas, passando a beneficiar 82 escolas em 1947.

Pode-se dizer que as primeiras iniciativas de alimentação escolar aconteceram simultaneamente através das experiências dos governos municipais, estaduais e federal.

Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública (FNDE, 2009). Surge, em 1954, a 1ª edição da *Cartilha da Merenda Escolar* onde Josué de Castro escreve a introdução e inclui, no plano de trabalho para elevar os níveis de nutrição do país, o Programa Nacional de Merenda Escolar, como elemento essencial para a luta contra a fome e subnutrição. O estabelecimento desse Programa, segundo ele, permitiria racionalizar os programas de merenda escolar já existentes e estendê-los a todo o país, dando-lhes orientação técnica e assistência econômica. Além da suplementação alimentar, a merenda serviria para o desenvolvimento de atividades educacionais (CASTRO, 1954, *apud* STEFANINI, 1997).

Em 31 de março de 1955, o Decreto nº 37.106 instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião, foram celebrados convênios diretamente com a UNICEF e outros organismos internacionais. Em 1956, o nome foi alterado para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (FNDE, 2009). Em 1960 eram atendidos mais de dois milhões de escolares, em 1661 municípios. Cinco anos depois, passa a chamar-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), elevando o número de atendidos para sete milhões de crianças (STEFANINI, 1997).

Em 1972 o governo brasileiro criou o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN (vinculado ao Ministério da Saúde), estabelecendo o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - I PRONAN, com a designação de um grupo de estudos para propor sugestões ao Órgão, tendo como perspectiva a ampliação e estabilização da CNAE. A proposta era que a Merenda Escolar atendesse pelo menos 25% das necessidades nutricionais do escolar durante 140 dias do ano, e fosse incluída, no currículo de ensino do 1º grau, disciplina específica de educação nutricional. Essas ações concorreriam para melhorar os hábitos alimentares dos escolares, diminuir os índices de absenteísmo e deserção escolar, aumentar a capacidade de aprendizagem e aproveitamento escolar e reduzir a prevalência da desnutrição do grupo assistido (INAN, 1973, *apud* STEFANINI, 1997).

Apesar de vários autores traçarem o histórico da alimentação escolar no Brasil e de este ser um campo de atuação do nutricionista, quase nada se fala do percurso deste profissional no decorrer do desenvolvimento deste campo. Onde se insere o nutricionista no desenvolvimento da alimentação escolar no Brasil? A atuação do nutricionista permeia quais momentos?

Parece que o nutricionista ganha força como categoria profissional à medida que seu campo de atuação se amplia. Pode-se dizer que, na década de 70, a recente regulamentação da profissão, a criação do INAN, a realização dos PRONAN I e II, as especificações crescentes da alimentação escolar e a criação dos cursos de Nutrição no setor privado foram os responsáveis pelo fortalecimento do campo de atuação do nutricionista. Além disso, vão surgindo avanços no sentido da organização como categoria com a criação do CFN, em 1978 (a fiscalização até então cabia ao Conselho de Medicina) e dos Conselhos Regionais, em 1980.

No que se refere ao campo de atuação, primeiramente o nutricionista foi absorvido na década de 40 pelos estabelecimentos hospitalares públicos, principalmente nos Serviços de Nutrição e Dietética e por órgãos públicos de fornecimento de refeições a trabalhadores - SAPS. Até 1982, o Estado figurava como o maior empregador do nutricionista por intermédio dos hospitais públicos. A partir de 1986, já se observava um equilíbrio entre os dois setores, refletindo a presença das empresas concessionárias de alimentação. Depois, expandiu-se para estabelecimentos de refeições coletivas, como escolas, quartéis, creches, etc.. (GIL, 1986; BOSI, 1996).

No período de 1976 a 1985, nos âmbitos federal, estadual e municipal, ocorreu (paralelamente a CNAE) a multiplicidade de programas de suplementação alimentar (distribuição de cestas básicas a gestantes e crianças de até 2 anos; distribuição de leite em pó a crianças com desnutrição pela LBA; Programa Nacional de Leite para crianças carentes...), que também se caracterizaram pela diversidade e superposição de objetivos, inconstância, descontinuidade e ausência de avaliação, sendo definidos por diferentes foros, comissões, conselhos, grupos de trabalhos, etc. (STEFANINI, 1987).

A partir de 1979, o programa CNAE passa a ter o nome atual, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, atendendo a 3498 municípios e 14 milhões de escolares (STEFANINI, 1997).

Entre 1985 e 2000 ocorre crescente processo de mobilização e politização dos nutricionistas. A Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991 (revogou a lei nº 5.276/67) estabeleceu não somente o campo de atuação do nutricionista como também suas atividades privativas e instrumentos legais para sua identificação, reforçando o papel dos Conselhos como órgãos fiscalizadores do exercício legal da profissão (CFN, 2009).

Neste último período, destaca-se a ampliação dos campos de atuação profissional, que tem gerado demanda pela educação permanente do nutricionista e pela adoção de novos conhecimentos e ferramentas tecnológicas, particularmente na área de Informática, além de consolidar o papel do nutricionista na promoção da alimentação saudável da população brasileira e a inserção desse profissional em políticas públicas de saúde, a exemplo dos Programas de Alimentação do Trabalhador (PAT), Atenção Básica e Alimentação Escolar (CFN, 2009).

Pode-se observar que, até meados dos anos 80, a categoria atuava em alimentação escolar com um número singelo de profissionais. A partir das descentralizações, em 1994, o nutricionista começou a ser solicitado e a ingressar nesta área de forma mais intensa (CALIL e AGUIAR, 1999); houve a transferência das funções da esfera federal para a estadual e, principalmente, para a municipal, passando a ser de responsabilidade dos administradores a aquisição de alimentos, elaboração de cardápios, contratação de recursos humanos e a instalação de infra-estrutura física, equipamentos e outros utensílios para que o programa pudesse ser implementado nas Unidades Educacionais (OMETTO e col, 2003).

Outro fator que pode ter incentivado e fortalecido a presença do profissional na alimentação escolar foi a escolha de uma nutricionista, Dra. Albaneide Peixinho, para a coordenação geral do PNAE, no FNDE. Houve uma mudança na concepção assistencialista do Programa com a redefinição de diretrizes que passam a considerar a alimentação escolar como um direito das crianças, garantido pelas políticas de SAN e pela Constituição Federal. A alimentação escolar passa a ter um comprometimento com a melhora da aprendizagem, do rendimento escolar e com a formação de hábitos alimentares saudáveis.

No exercício de suas atribuições na Alimentação Escolar, compete ao nutricionista planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição, realizar assistência e educação nutricional a coletividade ou indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas (CFN, 2005).

A elaboração do cardápio é o primeiro e mais forte vínculo do nutricionista com a alimentação escolar. A Resolução FNDE/CD/ nº32, de 10/08/2006, no artigo 14, estabelece que o cardápio da alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será elaborado por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do programa. Em entrevista à Revista Nutrição em Pauta, a Dra Beatriz Tenuta diz que:

a atuação do nutricionista nos programas de alimentação municipais e estaduais é garantida pela legislação atual, colocando esse profissional como o responsável técnico (RT) junto ao governo federal, especialmente na elaboração de cardápios. O nutricionista tem inúmeras atividades a desempenhar neste programa, quer seja funcionário da prefeitura ou Estado gerenciadores, quer seja funcionário das empresas fornecedoras de serviço terceirizado nessa área. De qualquer maneira, seu papel é extremamente abrangente, pois pode e deve atuar em vários níveis da gestão desse programa (TENUTA, 2008; p17).

Uma lei mais recente do FNDE, a de nº 11947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, também prevê que a *responsabilidade técnica* pela alimentação escolar nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais caberá ao nutricionista responsável, respeitando as diretrizes previstas na legislação pertinente.

Responsável técnico (RT) é o nutricionista habilitado que responde ética, civil, administrativa e penalmente pelas atividades definidas na Resolução CFN nº 358 e nas demais normas baixadas pelo CFN e executadas no âmbito do PNAE (CFN, 2005). Ele deve ser cadastrado no FNDE, através do preenchimento de documento disponível no site do Órgão. Além dos responsáveis técnicos, os nutricionistas que compõe o quadro técnico do Município também devem ser cadastrados.

De acordo com o Orgão, em maio de 2009, estavam cadastrados 4559 nutricionistas atuando na alimentação escolar em todo o Brasil. Considerando que, no primeiro trimestre de 2005, estavam cadastrados 1300 nutricionistas, pode-se afirmar que esta é uma área de atuação em franco crescimento nos últimos anos. Em quatro anos o número de nutricionistas atuando na AE cresceu 350%.

O PNAE é uma política pública implantada há 54 anos, que atende a 35 milhões de alunos em todo o país, tendo por objetivo garantir o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos da rede pública de ensino durante sua permanência na escola. Em 16 de junho de 2009, entrou em vigor a Lei nº 11.947/2009, que, entre outras inovações, estende o atendimento do programa aos alunos do Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos, aumentando assim o número de atendidos para 47 milhões de alunos da Educação Básica. A Lei traz um grande incentivo para o crescimento da profissão já que deve aumentar o número de nutricionistas atuantes no sistema, pois determina que todos os Municípios devem ter um nutricionista responsável pelo programa. Ela estabelece ainda que o Ministério da Educação proponha ações educativas inseridas no currículo escolar abordando a alimentação, a nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, incluindo a SAN.

Todas essas novidades trazidas pela Lei devem alterar significativamente o quadro da categoria que atua na área de alimentação escolar, no sentido de fortalecê-lo e ampliá-lo.

Para regulamentar a atuação do nutricionista na área de alimentação escolar foi criada pelo CFN uma Resolução que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do PAE, a Resolução CFN nº 358/2005, que trata de todas as atividades técnicas que o nutricionista deve desenvolver no âmbito da alimentação escolar, assim como dos parâmetros numéricos e responsabilidade técnica.

Hoje o PAE está intimamente relacionado com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). O PNAE tem uma função estratégica na consolidação do direito humano à alimentação, pois, além de atender às necessidades nutricionais, visa à formação de hábito alimentar saudável durante a permanência dos alunos na escola, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar (CECANE, 2007). Nesse sentido, ao nutricionista cabe garantir o cumprimento da política de SAN, elaborando cardápios balanceados, administrando recursos financeiros e humanos disponíveis, desenvolvendo ações educativas, cumprindo enfim, a resolução pertinente. Reforçando tendência já verificada, Soares (2007), ao analisar as diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação em Nutrição, constatou que os conteúdos tradicionalmente propostos no ensino de Nutrição estão mais permeados pela concepção clínica e epidemiológica de atenção à saúde e menos pelos estudos sobre alimentação e interações com a vida humana, sem alcançar aspectos culturais, históricos e políticos. O autor admite que existem princípios e orientações no campo da saúde pública que, se incorporados, atenderiam em parte à capacitação do egresso de Nutrição na perspectiva da formulação e implantação das ações e políticas de SAN. A infraestrutura de recursos humanos no setor de Saúde Pública não é condizente com o tamanho do

problema de insegurança alimentar em nosso país (QUINTELA, 2005, *apud* SOARES, 2007).

A SAN abre ao nutricionista novas possibilidades na construção da identidade profissional, fortalecendo novos campos de prática para a Nutrição. Ele é o único profissional capacitado para lidar com as questões alimentares e nutricionais do ser humano, além de garantir que a nutrição seja usada na manutenção da saúde e bem estar social (SOARES, 2007).

O nutricionista tem, no âmbito do PAE, a oportunidade de desenvolver outros papéis, além de administrador de refeições, que suavizam o efeito da pobreza sobre a população carente, como se fosse esta a única função dos programas de suplementação alimentar. Desenvolvendo seu potencial como educador em nutrição, pode contribuir para a transformação do espaço da *merenda escolar* em um ambiente de promoção da saúde e de aprendizagem, considerando que a alimentação saudável se inclui nos requisitos definidos pela OPAS/OMS para a escola que promove saúde no ambiente escolar e comunitário (AZEVEDO, 1999).

A discussão e avaliação das ações do nutricionista frente à segurança alimentar e nutricional trazem desafios e a necessidade de encontrar soluções viáveis que efetivamente contribuam para a melhoria das condições de atenção à saúde da população brasileira (SILVA da, 2004).

1.3 Educação Permanente na formação do nutricionista

Uma das competências esperadas do nutricionista, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Nutrição, diz respeito a **Educação Permanente**. Os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais (CNS/CES, 2001).

Após algumas reflexões sobre a graduação do nutricionista e sua atuação na alimentação escolar, emerge a necessidade de pensar na continuidade do processo de formação desse profissional (pós graduação), visando aprimorar sua prática cotidiana e melhorando a dinâmica do trabalho. Pensando na Educação Permanente como ferramenta fundamental nesse processo de formação é possível dizer que ela articula saberes e práticas, suprimindo as questões eventualmente não contempladas pela graduação.

A Educação Permanente é um processo de ensino e aprendizagem dinâmico e contínuo, tendo como finalidade análise e aprimoramento da capacitação de pessoas e grupos, para enfrentarem a evolução tecnológica, as necessidades sociais e atenderem aos objetivos e metas da instituição a que pertencem. A Educação Permanente em Saúde (EPS) tem como objeto de transformação o processo de trabalho, orientado para a melhoria da qualidade dos serviços, partindo da reflexão sobre o que está acontecendo no serviço e sobre o que precisa ser transformado (SOUZA e col, 2006). A Portaria

198/GM/MS apresenta a Educação Permanente como aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho, devendo ter como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde (BRASIL, 2004).

Aqui no Brasil, antes mesmo da educação permanente, inicialmente discutida como *educação continuada*, ser ponto de pauta de conferências de recursos humanos, as Conferências Nacionais de Saúde apontavam a inadequada formação dos trabalhadores da saúde, considerando a realidade dos serviços de saúde brasileiros. A partir da década de 70, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), percebendo a formação inadequada das equipes de saúde de acordo com a realidade dos serviços, iniciou um debate que contribuisse na construção de um modelo pedagógico para a mudança das práticas de saúde. A proposta de educação permanente foi disseminada pela América Latina como estratégia para alcançar o desenvolvimento da relação entre o trabalho e a educação (LOPES e col, 2007).

O desafio da educação permanente é estimular o desenvolvimento da consciência nos profissionais sobre o seu contexto, pela sua responsabilidade em seu processo permanente de capacitação. Deve ser um processo sistematizado e participativo, tendo como cenário o próprio espaço de trabalho, no qual o pensar e o fazer são insumos fundamentais do aprender e do trabalhar. A educação permanente deve constituir parte do pensar e fazer dos trabalhadores com a finalidade de propiciar o crescimento pessoal e profissional e contribuir para a organização do processo de trabalho, por meio da problematização da realidade a fim de produzir mudanças (RICALDONI e SENA, 2006).

A formação profissional dos nutricionistas precisa ser compreendida na perspectiva da educação permanente, havendo espaços para discutir o processo de trabalho, seus determinantes e a validade de resultados que possibilitem a transformação de práticas para melhor atender aos problemas de saúde da população (CANINÉ e RIBEIRO, 2007). Nesse sentido, a grande contribuição da EP é a organização estratégica do processo de trabalho, a melhoria das relações profissionais entre agentes escolares, o estímulo à reflexão sobre a prática e as mudanças necessárias.

A educação permanente deve estar sustentada nos conceitos e metodologia crítica e reflexiva, o que implica reconhecer que as práticas rotineiras, descontextualizadas dos reais problemas, dificilmente possibilitam o desenvolvimento da capacidade de reflexão (BRIONES, 1999, *apud* RICALDONI e SENA, 2006). É preciso partir da realidade e vivência profissional do nutricionista para mobilizar uma reflexão sobre sua prática e trabalhar as questões que daí emergem.

Vasconcellos (1995, *apud* NICOLETTO, 2008) afirma que para aprender é preciso que o objeto de conhecimento tenha algum significado para o sujeito e que, portanto, faça parte de sua realidade. Cavalcanti (1999, *apud* NICOLETTO, 2008) acrescenta ainda, que os adultos estão mais propensos a aprender algo que contribua para suas atividades profissionais ou para resolver problemas reais, o que faz da EPS um dos instrumentos impulsionadores da construção de espaços de aprendizagem.

De qualquer forma, não há aprendizagem se os atores não tomam consciência do problema e se nele não se reconhecem em sua singularidade (SOUZA e col., 2006). A autonomia na aprendizagem desenvolve a capacidade

de aprender a aprender e a consciência da necessidade da formação permanente (RICALDONI e SENA, 2006).

É preciso construir um processo educacional que articule a formação profissional com as necessidades e as demandas da sociedade, como estratégia eficaz para o desenvolvimento econômico, social e cultural dessa mesma sociedade, na perspectiva de possibilitar ao indivíduo o exercício eficiente de seu trabalho, a participação consciente e crítica no mundo do trabalho e na esfera social, além de sua efetiva auto-realização (FILHO, 2004).

É importante que a ação do nutricionista se dirija não só para a educação nutricional, mas, também, para sua tomada de consciência da necessidade de permanente processo de educação, entendendo as duas faces do mesmo processo: a do ensino e aprendizagem. É necessário caminhar no rumo da educação permanente, aquele que nos mantém em constante desconforto, em crise, em dúvida, em persistente busca do novo (CANINÉ e RIBEIRO, 2007).

Os profissionais precisam desenvolver competências para tomar decisões quanto ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de medicamentos, equipamentos, procedimentos e práticas, além de avaliar, sistematizar e decidir a conduta mais apropriada para comunicação, liderança e relacionamento com a equipe, gerenciamento e administração da força de trabalho e contínuo aprendizado e compromisso com a Educação (FEUERWERKER, 2003).

Formar e formar-se no encontro, na discussão coletiva, na elaboração própria, na busca contínua do conhecimento, na experiência de pessoas em

interação implicam um modo de apropriar-se da própria história (BATISTA e col, 2005).

Na pesquisa que analisava a realidade de EP dos serviços públicos de saúde de Florianópolis, Lino constatou que na visão dos sujeitos do estudo, o processo de Educação Permanente enriquece o trabalhador, possibilita mudanças pessoais e melhoria no atendimento aos usuários do serviço. Atualiza o trabalhador e o motiva para ser ativo nas resoluções de problemas em seu campo de trabalho (LINO e col, 2009).

Na cidade de Embu, São Paulo, foi implantada pela gestão municipal uma política de EPS, com o objetivo de qualificar a gestão em saúde. Em trabalho publicado em 2009, Carotta e col relatam a experiência na implantação dessa política e destacam como um dos fatores mais importantes da proposta, manifestos pelos participantes, a reflexão crítica dos processos de trabalho, propiciada pelo espaço dialógico criado nos encontros da equipe, onde eram discutidos os problemas e nós críticos, construindo soluções coletivamente e melhorando as relações.

Os conteúdos devem ter funcionalidade e relevância para a prática profissional e valorizar os conhecimentos prévios do participante. A aprendizagem significativa pressupõe uma pedagogia diferenciada, que considere cada aprendiz com seus potenciais e dificuldades, voltadas à construção de sentidos, abrindo caminhos para a transformação e não para a reprodução acrítica da realidade social.

É também importante, nos programas de formação, que se desenvolvam ações que influenciem os espaços de trabalho dos participantes, para que

estes encontrem receptividade ao retornarem às suas atividades cotidianas (RIBEIRO, 2009).

A lógica da educação permanente deve ser descentralizada, ascendente, multiprofissional e transdisciplinar. Envolve mudanças nas relações, nos processos, nos produtos e, principalmente, nas pessoas. Desse modo, a formação e a gestão do trabalho em saúde passam a ser consideradas questões técnico-políticas e não apenas técnicas, requerendo ações no âmbito da formação, na graduação, na pós-graduação, na organização do trabalho, na interação com as redes de gestão e serviços e no controle social (CECCIM, 2005).

Para produzir mudanças nas práticas de gestão e atenção, é fundamental dialogar com as práticas e concepções vigentes, problematizá-las e construir novos pactos de convivência e práticas (CECCIM, 2005).

A idéia de que o profissional tem que sair da graduação *pronto*, dotado de todas as competências para o exercício profissional no mercado de trabalho parece cada vez mais inexecutável e distante da realidade, até porque, sendo assim, a qualidade profissional seria proporcional à quantidade de informações e carga horária dos currículos da graduação. Na área de Nutrição o movimento tem sido contrário, uma vez que o MEC, por meio de Resolução (Res. CNE/MEC nº 4 de 6/4/2009), aprovou carga horária mínima de 3200 h. para o curso de graduação em Nutrição, o que tem sido motivo de intenso debate pela categoria e suas entidades representativas, que defendem a manutenção de 4000 h. como carga horária mínima dos cursos, a fim de contemplar os conteúdos propostos nas Diretrizes Curriculares (CFN, 2009).

No sentido de contribuir e ampliar a formação profissional do nutricionista, especialmente o que atua na alimentação escolar, a Educação Permanente faz-se necessária e pontual na atualização cotidiana das práticas e na construção coletiva do perfil profissional do nutricionista neste campo de atuação. Para elaborar uma proposta de Educação Permanente que contribua na formação do nutricionista, é fundamental ouvir e compreender as percepções e demandas do grupo que atua na área, resgatando e valorizando sua experiência profissional. É a partir do reconhecimento das questões que envolvem sua formação e da própria prática que se faz possível construir uma proposta que considere a Educação permanente como processo ideal na formação contínua do profissional.

2 Metodologia

Esta é uma pesquisa descritiva com enfoque qualitativo, onde a investigação foi realizada por meio da aplicação de questionário estruturado.

Dada a natureza do estudo, optou-se por usar uma abordagem qualitativa, modalidade que permite verificar o significado atribuído pelos sujeitos à realidade de suas práticas. Apenas os dados de identificação e caracterização dos sujeitos foram analisados quantitativamente.

As pesquisas que utilizam a abordagem qualitativa trabalham com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, visando entender o contexto onde algum fenômeno ocorre. Em vez da medição, seu objetivo é obter um entendimento mais profundo e, se necessário, subjetivo do objeto, sem preocupar-se com medidas numéricas e análises estatísticas (LANDIM e col, 2006).

2.1 Contexto da pesquisa

Segundo o plano de trabalho do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE), a atividade de capacitação está no âmbito da proposição de uma política de educação permanente dos profissionais envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), focando os nutricionistas. A capacitação é parte de uma rede de formação dos agentes do PNAE, construída pela parceria entre o FNDE e o CECANE. Seu objetivo é

capacitar os nutricionistas atuantes no PNAE para a execução do programa com maior eficiência e efetividade. Todo o processo da capacitação, desde o convite ao profissional, a execução das atividades, a produção do material até as avaliações das atividades são realizadas pelo CECANE.

O nutricionista responsável técnico pela Alimentação Escolar de seu Município deve ser cadastrado no FNDE, autarquia responsável pela gestão do PNAE, segundo Resolução FNDE/CD nº32/06. Com base em uma lista dos profissionais cadastrados no Estado de São Paulo, o CECANE entrou em contato com os responsáveis técnicos visando capacitar 200 nutricionistas atuantes na Alimentação Escolar do Estado de São Paulo.

Inicialmente, a área do Estado foi dividido em nove pólos e distribuídos proporcionalmente entre as regiões geográficas. Em cada pólo haveria um Município central chamado de *município-pólo*, onde ocorreria a capacitação. Os nutricionistas do município-pólo e os dos municípios vizinhos foram convidados a participar da capacitação. Nos casos em que os nutricionistas não confirmavam presença, nutricionistas de outros municípios daquele pólo eram convidadas até que se completasse 25 profissionais no grupo, número de participantes indicado como ideal para cada turma de capacitação.

Os nutricionistas participaram de três dias de atividades realizadas por monitores habilitados, utilizando conteúdo pertinente ao trabalho do nutricionista no PNAE, sempre partindo da sua prática cotidiana. Esses profissionais receberam convite e instruções para participarem do evento, hospedagem em hotel, alimentação, transporte e certificado, sendo que toda a organização de cada um dos nove eventos foi de responsabilidade do CECANE.

2.2 Conhecendo os nutricionistas

O universo do estudo foi constituído por profissionais que participaram dos três últimos encontros de Capacitação realizados em 2008, nos municípios-pólos de Jundiaí, Sorocaba e Taubaté, em 22 e 29 de outubro e 12 de novembro, respectivamente.

Trata-se, então, de uma amostra intencional, onde o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, dirigindo-se àqueles que, pela função desempenhada ou cargo ocupado, exercem funções de líderes de opinião na comunidade (MARCONI e LAKATOS, 1986).

Foram convidados para os três encontros 75 nutricionistas dos municípios-pólos e vizinhos, porém, apenas 58 compareceram para participar das capacitações. Destes, 39 participaram da pesquisa. A perda de 19 sujeitos deveu-se ao fato de que estes não cumpriram o horário marcado para o início das atividades de capacitação, momento escolhido para aplicação dos questionários desta pesquisa. Os nutricionistas que chegaram mais de 1 hora atrasados no primeiro dia da Capacitação não foram convidados a participar da pesquisa para não atrasar ainda mais o início do evento.

2.3 Procedimentos de coleta de dados

Não há, a priori, uma forma adequada de coletar dados; considerando os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar com uma determinada pergunta científica colocam-se para o pesquisador a tarefa de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno (GUNTHER, 2006).

Citado por Gunther (2006), Flick e cols.(2000) ressaltam que o método de coleta de dados deve se adequar ao objeto de estudo, considerando que a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica, para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos.

Para a definição do instrumento de coleta de dados, considerou-se que estaria reunido um grupo representativo da categoria que se desejava estudar, porém, estariam todos juntos ao mesmo tempo e trabalhando intensamente conteúdos que poderiam influenciar as respostas do questionário. Assim, era prudente que a coleta das informações ocorresse antes de iniciar as atividades, para não atrapalhar o andamento da capacitação, nem influenciar os dados coletados.

Decidiu-se, então, que o instrumento mais apropriado para essa pesquisa seria o questionário de autopreenchimento, que atinge vários sujeitos ao mesmo tempo, além de demandar menos recursos humanos e financeiros.

Cabe ressaltar que a experiência e o intenso contato do pesquisador com os sujeitos da pesquisa poderiam dificultar o uso da entrevista como instrumento de coleta, considerando a imparcialidade necessária no uso deste instrumento. Por outro lado, a experiência da pesquisadora facilitou o processo de elaboração e organização do questionário.

Todos os questionários foram aplicados pelo próprio pesquisador. Os participantes receberam uma breve explicação sobre a trajetória do pesquisador e a importância da participação na pesquisa. No pólo de Jundiaí, o primeiro a participar da pesquisa, foram coletados oito questionários, 14 no pólo de Sorocaba e 17 em Taubaté, totalizando 39 questionários.

Como o conteúdo das capacitações estava relacionado ao trabalho cotidiano dos nutricionistas, os questionários foram aplicados antes de iniciar a Programação de atividades de capacitação, na manhã do primeiro dia dos eventos, para evitar que o conteúdo trabalhado na capacitação influenciasse no preenchimento.

Os nutricionistas chegavam ao hotel na manhã do primeiro dia dos eventos e eram recepcionados pelos monitores do CECANE. Muitos vinham de Municípios distantes ou não conheciam o local do evento, o que provocou atrasos maiores do que os previstos inicialmente. Dessa forma, apesar da tolerância de 30 minutos, os sujeitos não chegavam no horário previsto para o início da aplicação dos questionários. Alguns chegaram com mais de uma ou duas horas de atraso, o que inviabilizou a participação no estudo, pois já chegavam no decorrer das atividades e não haveria tempo disponível para o preenchimento, sem perda de conteúdo da capacitação. Portanto, foi possível aplicar 39 questionários, apesar dos 58 participantes.

2.4 Questionário

Questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (GIL, 2007; MARCONI, 1986). As técnicas de interrogação mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa *sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes* (SELLTIZ, 1967, p.273, *apud* GIL, 2007).

Entre as vantagens do questionário, destaca-se a possibilidade de atingir maior número de participantes simultaneamente, maior liberdade nas respostas, menor risco de distorção pela influência do entrevistador, maior tempo para responder e economia de tempo e pessoal (MARCONI, 1986; REA e PARKER, 2002; GIL, 2007).

Na literatura científica nacional não há um instrumento validado de autopreenchimento para a coleta de dados que aborde a formação e a prática profissional dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar. Foi decidido, então, construir um questionário de autopreenchimento para atender aos objetivos da pesquisa, considerando as características da população estudada, tempo e condições de coleta.

Para construir um questionário o pesquisador deve conhecer bem o assunto para organizá-lo. Exige cuidado na seleção das questões e os temas devem responder aos objetivos geral e específicos (MARCONI, 1986). Nesse sentido, a atuação da pesquisadora na área de alimentação escolar trouxe boas contribuições para a construção do instrumento.

Embora possa ser muito variável, o questionário deve ser limitado em extensão, conter de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido (MARCONI, 1986). Um questionário muito extenso é desmotivador e pode condicionar resposta rápida e superficial do informante (BARROS, 1990). Segundo Marconi (1986), o aspecto material e estético, como organização dos temas, tamanho das letras e espaço para respostas, deve ser considerado para facilitar a compreensão das questões e a computação dos dados. Aconselha-se também cuidado na organização sequencial das questões (COZBY, 2003).

O pesquisador deve ter uma preocupação constante quanto à maneira como as questões serão redigidas (BARROS, 1990). Em relação ao conteúdo, assegurar-se que as perguntas sejam facilmente compreendidas, com linguagem apropriada à população estudada e que a amostra tenha todas as condições para respondê-las. Além disso, é necessário certificar-se de que as questões não tenham erros gramaticais, duplo sentido, insinuação de resposta ou ambiguidades. Algumas regras práticas devem ser respeitadas, como perguntas formuladas de maneira clara e precisa, referir-se a uma idéia de cada vez, não sugerir respostas, iniciar o questionário pelas perguntas mais simples e finalizando com as mais complexas, as perguntas possibilitando uma única interpretação, evitar a possibilidade de contágio entre as questões e limitar seu numero (GIL, 2007).

Nesse sentido, construiu-se um instrumento conciso, com perguntas abertas, mistas e fechadas, redigidas de forma clara com a preocupação de responder a cada um dos objetivos assumidos na pesquisa (Anexo 1).

Cozby (2003) descreve que em um questionário as questões podem ser abertas ou fechadas. O uso de questões fechadas é uma abordagem mais estruturada, de codificação e análise mais fáceis. Questões abertas são úteis, quando o pesquisador quer saber o que as pessoas pensam e como percebem seu mundo.

Nesta pesquisa, o questionário utilizado foi composto por 20 questões organizadas em quatro eixos temáticos, onde estavam reunidas as questões que tratavam do mesmo assunto. Assim, na primeira parte, estavam as questões de *Identificação*, sempre necessárias ao pesquisador. A segunda parte tratou da *Formação*, com questões sobre graduação e pós-graduação. A terceira, *Perfil profissional*, trouxe as questões da prática cotidiana e responsabilidade técnica. A quarta parte finalizou com as perguntas abertas relativas a *Necessidades e demandas de formação*, confrontando a formação e as práticas cotidianas de trabalho, permitindo ao informante responder livremente com linguagem própria e emitir opiniões (Anexo 1).

Segundo Cozby (2003), os questionários podem ser aplicados em grupo, onde o pesquisador dá algumas orientações e aguarda a devolução do instrumento preenchido. Uma vantagem dessa abordagem é que os participantes estão “cativos”, sendo mais provável que respondam completamente ao questionário, uma vez que tenham começado. Além disso, o pesquisador está presente para responder a possíveis dúvidas que possam surgir. Seu uso nessas condições pode combinar baixo custo com a padronização do ambiente para preenchimento e inclusão de estratégias de ajuda ao respondente, além de permitir taxas de participação maiores em

relação aos questionários enviados pelo correio (ARMSTRONG e col, 1994; STREINER E NORMAN, 1995 *apud* FAERSTEIN, 1999). No artigo sobre pré teste de questionário autopreenchível, Faerstein afirma que é possível a aplicação simultânea de questionários autopreenchíveis, com grande eficiência de recursos e tempo, a grupos de respondentes que apresentem patamares adequados de escolaridade.

2.5 Estudo-Piloto

O estudo-piloto tem o objetivo de testar o instrumento construído para a coleta dos dados. Segundo Faerstein (1999), ele deve ser realizado cumprindo todos os procedimentos que deverão ser adotados na ocasião da coleta. Este é também o momento de verificar o tempo necessário para o preenchimento do questionário, o nível de compreensão das questões, eventuais resistências em responder a alguma, adequação e suficiência das opções de resposta e identificar eventuais problemas na etapa de coleta dos dados. Quando se usam questionários autopreenchíveis, os respondentes tendem a não explicitar suas dúvidas, o que requer mais esforço no sentido de adequar o instrumento.

Para aplicação do estudo-piloto, foi escolhido um momento em que vários nutricionistas atuantes na Alimentação Escolar estiveram reunidos no campus Baixada Santista da UNIFESP, em Santos, para realização de Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS). Essa Oficina desenvolve pesquisas na área de Educação Nutricional, fornecendo subsídios e conhecimentos aos nutricionistas dos Municípios para utilizar ferramentas que promovam a educação nutricional em seus espaços de trabalho.

O grupo era composto por nutricionistas atuantes na Alimentação Escolar, alunos da graduação de Nutrição e nutricionistas que atuam na área da Saúde. Inicialmente, foi explicado sobre a pesquisa e solicitado que se identificassem os nutricionistas formados, atuantes na Alimentação Escolar. Do total de 21 presentes no evento, apresentaram-se 10 nutricionistas que reuniam as condições necessárias para responder ao questionário.

Após a aplicação, foi necessário fazer algumas adequações para melhorar a compreensão das questões, evitando que dúvidas durante o preenchimento pudessem comprometer as respostas. No eixo temático *Formação*, por exemplo, foi notado que a questão 8 “*Você já participou de cursos específicos para nutricionistas sobre alimentação escolar e quais foram eles?*” requeria frequentemente a explicação de quais seriam esses cursos ou se um evento poderia ser considerado como curso. Optou-se, então, por manter certo nível de imprecisão com a intenção de privilegiar a percepção de cada participante sobre os cursos ou eventos da área mais significativos, que estavam marcados em sua lembrança.

Em relação à questão 10, “*Você é Responsável Técnico por qual(is) Município(s)?*” alguns participantes alegaram atuar na Alimentação Escolar do Município, porém, sem assumir a Responsabilidade Técnica. Optou-se por manter o formato direto da pergunta, já que era esperado que todos os sujeitos fossem Responsáveis Técnicos em seus Municípios (o CECANE convidava o RT de cada Município), o que acabou não se confirmando, porque, quando estes não podiam comparecer, enviavam nutricionistas do quadro técnico (não RT) em seu lugar.

Responsável técnico é o nutricionista habilitado que responde ética, civil, administrativa e penalmente pelas atividades definidas na Resolução CFN nº

358 e nas demais normas baixadas pelo CFN e executadas no âmbito do PNAE (CFN, 2005).

Outra dúvida foi em relação à questão que tratou da carga horária semanal de trabalho do nutricionista. Um participante alegou cumprir uma carga horária semanal dividida entre a área da Educação, atuando na Alimentação Escolar e a área da Saúde, atuando nos Postos de Saúde do Município. Foi preciso adequar a questão, oferecendo essa possibilidade de resposta.

2.6 Análise dos dados

Os dados obtidos pelos questionários foram tratados de duas formas:

- os que traziam a caracterização do sujeito, como identificação, dados sobre sua formação e seu perfil profissional foram analisados de forma descritiva, com abordagem quantitativa;
- as necessidades e demandas de formação, que traziam as questões abertas, foram analisadas, usando abordagem qualitativa.

As respostas foram digitadas e organizadas em um banco de dados, apresentando em quadros as respostas para cada questão, o que facilitou o acesso do pesquisador às informações para consulta do material e comparações entre as questões. Para analisar as questões abertas optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo (AC), cujo foco é a mensagem expressa pelo sujeito, ponto de partida para a identificação do conteúdo, explícito e/ou latente. A análise e a interpretação dos conteúdos são passos ou processos a serem

seguidos e sua contextualização deve ser considerada como um dos principais requisitos para garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens (FRANCO, 2008).

A maioria dos autores refere-se à AC como uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social (BAUER, 2002). Na AC, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem, procurando compreender o pensamento do sujeito pelo conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem (CAREGNATO e MUTTI, 2006).

Para BARDIN (1977), sempre usada como referência no uso desta técnica, AC é um conjunto de técnicas de análise sistemáticas que visa descrever o conteúdo das mensagens, permitindo verificar indicadores que possibilitem a inferência entre conhecimento e a mensagem.

Nesse sentido, buscou-se analisar cada questão, visando responder os objetivos propostos nesta pesquisa. Algumas questões foram tratadas pelo método de *dedução frequencial*, que consiste em enumerar a ocorrência de uma mesma palavra ou tema que se repete com frequência nas respostas, apresentando descrições numéricas, enquanto com outras questões foi usada a *análise por categorias temáticas*, que constrói as categorias conforme emergem do texto para encontrar uma série de significações (CAREGNATO e MUTTI, 2006). Para classificar os elementos em categorias, é preciso identificar o que têm em comum, permitindo seu agrupamento. A análise por categorias é o tipo mais antigo e na prática, o mais utilizado. Funciona por

operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 1977).

Optou-se por nomear de Unidade Temática (UT) cada objetivo específico proposto pela pesquisa, gerando, então, seis unidades temáticas.

Para chegar às categorias foi feita leitura exaustiva das respostas de cada UT e a montagem de quadros adaptados para cada uma. A partir daí, foram identificadas nos discursos as Unidades de Contexto e respectivas Unidades de Registro (palavras ou temas), para então, apreender as Categorias de Análise. Em algumas questões foi possível trabalhar com duas categorias de análise, enquanto em outras, cinco ou mais.

2.7 Aspectos éticos

Este trabalho respeitou os aspectos éticos envolvidos nas pesquisas com seres humanos, conforme regulamentado pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1997). A explicação sobre os objetivos da pesquisa, a obtenção do consentimento livre e esclarecido, o acordo de que não sejam revelados os nomes dos sujeitos nem dos equipamentos envolvidos, preservando suas identidades, além do esclarecimento da possibilidade de desistência da participação durante os procedimentos da pesquisa - todas essas providências foram tomadas para diminuição de possíveis riscos ou danos envolvidos na investigação.

Foram coletados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de todos os nutricionistas envolvidos na pesquisa, bem como dos participantes no Estudo Piloto (Anexo 2).

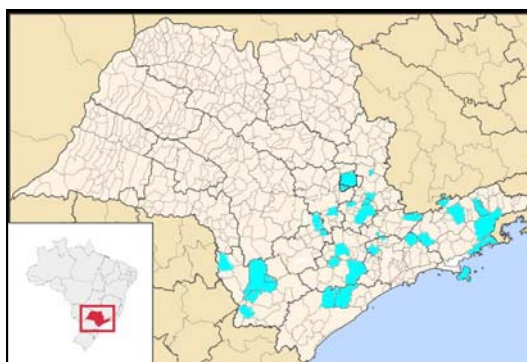
O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIFESP e aprovado em 25/07/2008 (Anexo 3).

3 Resultados e Discussão

3.1 Caracterização dos sujeitos

Participaram da pesquisa nutricionistas que atuam no PNAE em 33 municípios do Estado de São Paulo (Anexo 4), localizados na região sudeste e sudoeste do Estado, circundando a Região Metropolitana de São Paulo, conforme Figura 1:

Figura 1 – Municípios do Estado de São Paulo que participaram da pesquisa. 2008



No tocante ao gênero, todas as 39 nutricionistas entrevistadas são **mulheres**, dado que corrobora outras pesquisas com nutricionistas, em que o gênero é predominantemente feminino, variando de 96 a 98% do universo (AKUTSU, 2008; CFN, 2006; ANDRADE e LIMA, 2003; SADCOVITZ 1997; BOSI, 1996). Em sua abordagem sobre a prática do nutricionista em alimentação coletiva, Carvalho (1998) ressalta o aspecto de identidade feminina da profissão relacionada ao seu surgimento no Brasil e suas implicações na profissionalização no período mais recente. Assim como ocorre

com outras ocupações historicamente associadas ao gênero feminino, (Enfermagem, Serviço Social e outras) esse aspecto pode ter várias explicações: a tardia inserção da mulher no mercado de trabalho, a tradicional divisão sexual de tarefas que destina as questões alimentares à mulher, a estrutura do mercado de trabalho que oferece menor discriminação da mulher nas tarefas *domésticas*, as tradições culturais do ato de cuidar influenciando na escolha da profissão (BOSI, 1996).

Por isso, optou-se por usar o artigo feminino **a, as** nutricionistas quando se refere às participantes desta pesquisa, já que eram todas mulheres. Quando a referência é aos profissionais da categoria *nutricionista* (que incluem alguns homens) utilizou-se o artigo masculino **o, os**.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos sujeitos, segundo a idade.

Tabela 1: Distribuição das nutricionistas participantes da pesquisa segundo faixa etária. São Paulo, 2008

Faixa etária	N
De 23 a 29 anos	10
De 30 a 36 anos	14
De 37 a 43 anos	7
De 44 a 50 anos	8
Total	39

De acordo com a Tabela 1, percebemos certa heterogeneidade em relação à idade do grupo no momento da coleta, que varia entre 23 a 50 anos. A faixa etária mais prevalente foi de **30 a 36 anos** (14 participantes). De acordo com

um retrato da categoria produzido pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) em 2005, a faixa etária da maioria dos profissionais no Brasil é de 26 a 40 anos (CFN, 2006).

Ao analisar o tempo de formação acadêmica, pode-se notar que ele também varia muito, de um a 30 anos, conforme mostra a Tabela 2 .

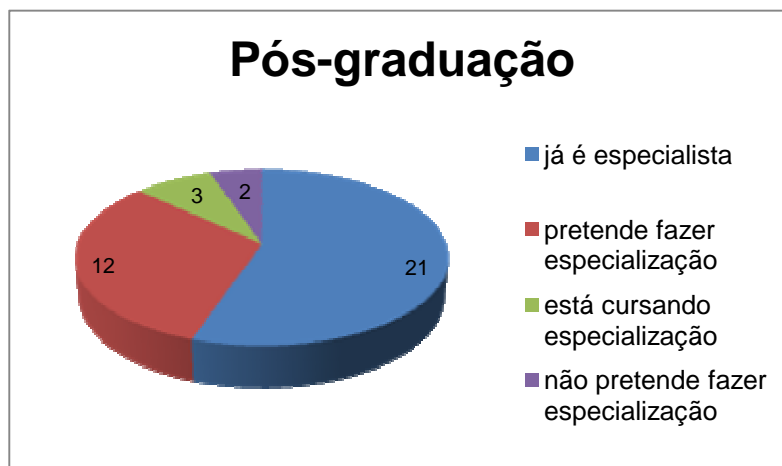
Tabela 2. Distribuição percentual (%) das nutricionistas participantes da pesquisa segundo o tempo de formação acadêmica. São Paulo, 2008.

Tempo de formação acadêmica	N	%
De 1 a 10 anos	20	51
De 11 a 20 anos	12	31
De 21 a 30 anos	07	18
Total	39	100

A Tabela 2 mostra que a maioria das nutricionistas do grupo (20) tem **até 10 anos de graduação**, numero pouco abaixo do encontrado pela pesquisa CFN, que aponta que 70% dos nutricionistas têm até 10 anos de formação (CFN, 2006).

A Figura 2 apresenta a distribuição percentual (%) quanto à titulação das nutricionistas pesquisadas.

Figura 2 – Distribuição percentual quanto à titulação das nutricionistas pesquisadas. São Paulo, 2008.



Das 38 nutricionistas que responderam sobre pós-graduação, **24 já são especialistas ou estão cursando a especialização, o que equivale a 63% da amostra** (Figura 2). Este número é maior do que os achados em outras pesquisas. Na pesquisa CFN (2006) 46% tinham concluído ou estavam cursando a especialização. Akutsu (2008) encontrou 49% dos nutricionistas especializados entre os 587 pesquisados. Em um levantamento feito em 2008 pelo CECANE UFBA, para conhecer o perfil do nutricionista que trabalha no PNAE na região Nordeste do Brasil, constatou-se que 52 % tinham pós-graduação (CECANE UFBA, 2008), o que pode sugerir que o grupo estudado caracteriza-se pela busca da especialização. Pode-se pensar que uma maior busca deste grupo pela especialização caracterize um certo movimento no sentido de suprir possíveis deficiências da graduação.

Ainda quanto à titulação, os dados mostram que não havia no grupo nenhum profissional com mestrado ou doutorado. Um dado interessante é que, entre as 14 participantes que não fizeram pós-graduação, 12 manifestaram intenção de fazê-la.

A Tabela 3 apresenta o tempo de atuação na Alimentação Escolar.

Tabela 3. Distribuição percentual (%) das nutricionistas participantes da pesquisa por tempo de atuação em Alimentação Escolar. São Paulo, 2008.

Tempo de atuação na A.E.	N	%
De 0 a 5 anos	24	61
De 6 a 10 anos	9	23
De 11 a 15 anos	4	10
De 16 a 20 anos	1	3
De 21 a 25 anos	1	3

Referente ao tempo de atuação, a Tabela 3 mostra que, apesar de variar bastante, de um mês a 25 anos, **24 nutricionistas atuam na Alimentação Escolar há cinco anos (61,5%)**. Esse número foi ainda mais expressivo entre as 47 nutricionistas capacitadas pelo CECANE SC em 2008, em que 88,9% atuavam há menos de cinco anos no PNAE (CECANE SC, 2008).

Chama a atenção o fato de que, entre as 24 nutricionistas, sete estão atuando na área há apenas um ano (29%), dado também encontrado pelo CECANE UFBA (2008) em sua pesquisa, onde 30% dos 435 nutricionistas pesquisados atuavam nessa área há um ano.

Na amostra pesquisada, apenas seis profissionais tem mais de 10 anos de atuação na área (15%), o que pode sugerir que os nutricionistas com mais tempo de formação não costumam permanecer nesta área. É preciso

considerar que, o aumento da demanda pelo profissional nessa área ocorreu após a descentralização em 1994, ou seja, há apenas 14 anos, o que pode contribuir para explicar esse dado.

Em relação à carga horária de trabalho, 26 nutricionistas relataram trabalhar 40 horas semanais, com dedicação exclusiva ao PNAE.

Em quatro questionários aparece a dedicação das nutricionistas a duas áreas de trabalho distintas, Saúde e Educação, dividindo a carga horária semanal entre elas.

Quando foi feito o concurso para nutricionista no Município já houve uma divisão da carga horária, estabelecendo que o tempo seria dividido entre Saúde e Educação, pois, por ser um município pequeno, não tinha outra nutricionista. (Q15)

Atuo também na Vigilância Sanitária e Saúde (Q17)

20 h saúde / 20 h PNAE (Q21)

40h semanais. Tempo dedicado ao PNAE: 25h. (Q32)

Quando questionadas sobre a participação em cursos específicos para nutricionistas da Alimentação Escolar, 28 participantes (72%) afirmaram ter participado de eventos entre cursos, congressos, seminários, fóruns, encontros, simpósios. Entre os 21 eventos citados, os que mais apareceram foram o *Fórum de Merenda Escolar*, promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Refeição Coletiva (ABERC) (53%) e o *Seminário de Alimentação Escolar* do Instituto Tecnológico de Alimentação (ITAL) (46%).

Na área de Educação Permanente, apareceram pouquíssimas citações de capacitações, oficinas ou eventos focando a prática profissional. Apenas dois

questionários mencionaram participação, citando eventos promovidos pelo CECANE Sudeste: a Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS) e a Capacitação para Nutricionistas do PNAE. Este dado é semelhante ao encontrado na sondagem para a Capacitação do CECANE SC em 2008, quando 86,6% dos nutricionistas afirmaram nunca ter participado de capacitação sobre o PNAE (CECANE SC, 2008).

Foi possível perceber que este profissional busca atualização e socialização contínua na sua área de atuação, porém privilegiando as informações disseminadas em eventos coletivos que não priorizam a prática profissional e a troca de experiências. Apesar da presença em vários eventos na área de Nutrição Escolar, não tinham participado de formação no âmbito da Educação Permanente. Sobre esse aspecto, Rotemberg e Prado (1991) em uma investigação sobre a formação dos nutricionistas, afirmam que a participação em congressos e cursos se dá de forma bastante passiva, não caracterizando uma busca de conhecimento para transformação da prática profissional.

É desse contexto da prática cotidiana que a busca pelas novas experiências, a interação entre saberes e práticas, o desafio do trabalho em grupo, o pensar e fazer diferente emergem para fomentar uma postura de crítica, envolvimento, apropriação dos conteúdos e possibilidade de lidar criticamente com as informações.

Repensando seu lugar como profissional da área da saúde e reintegrando as práticas alimentares ao conjunto de experiências, saberes e intervenções voltadas ao atendimento das necessidades sociais dos indivíduos e grupos sociais, o nutricionista pode avançar na construção de uma proposta de atuação capaz de contribuir para a redução das iniquidades em saúde e a garantia da qualidade de vida. Nesse esforço, a discussão da efetividade das

ações, o aprendizado com as experiências em curso, a escolha de novas ferramentas metodológicas devem penetrar na formação e no exercício profissional, tendo por intuito romper a fragmentação tecnicista tradicional e promover a integralidade, a inter-setorialidade, a equidade e a participação social (FERREIRA e MAGALHÃES, 2007).

Apesar de tratar-se de uma amostra heterogênea, pode-se caracterizar o sujeito desta amostra como sendo mulher, com idade média entre 30 e 36 anos e até 10 anos de graduação. Tem especialização e atua na área de alimentação escolar há 5 anos, cumprindo carga horária semanal de 40 horas. Procura participar de eventos nesta área, mas não tem contato com a Educação Permanente.

3.2 Motivações para atuar no PNAE

Na construção deste tema o objetivo foi saber se os nutricionistas optaram por atuar na área de Alimentação Escolar ou se aproveitaram uma oportunidade de trabalho que surgiu. A questão orientadora ancorava-se na existência ou não de afinidade ou interesse pela área que as levaram a optar por esta oportunidade ou se a motivação foi apenas aproveitar uma oportunidade de trabalho surgida. Haveria ainda outros motivos que as levaram a trabalhar nessa área?

Nas respostas, aparecem três percepções:

- *Porque apareceu uma oportunidade de trabalho;*

- *Porque passei no concurso público;*

- *Porque gostava ou tinha afinidade com a área.*

Nessa motivação, apreenderam-se duas categorias:

- *Oportunidade de trabalho e escolha voluntária*

A categoria **Oportunidade de trabalho** abrangeu as indicações de *ter aproveitado uma oportunidade de trabalho que apareceu e ter passado no concurso público*:

Primeira oportunidade de emprego. (Q19)

Estava desempregada e uma amiga me falou que a Prefeitura estava precisando do profissional e fui contratada. (Q6)

Fui selecionada nesta área através de concurso público. (Q24)

Os dados mostram que 23 profissionais (59%) ingressaram nessa área para aproveitar uma oportunidade de trabalho e não porque a almejavam ou tinham planejado. Na maioria das respostas surge a impressão de casualidade, expressa da seguinte forma:

Prestei concurso público e fui chamada para a saúde, em seguida me pediram para ir para educação e assim iniciei na Alimentação Escolar do Município. Acabei trabalhando na área por acaso. (Q34)

Prestei o concurso e passei. (Q21)

Entre os 23, em 15 questionários (38%) aparece como motivação para atuar na área a aprovação em concurso público, o que sugere a estabilidade como fator preponderante na escolha do emprego:

Optei pela Alimentação Escolar após ingresso em concurso público, estabilidade profissional fez a diferença em minha decisão. (Q5)

Porque passei no concurso público. (Q13)

Prado e Abreu (1991) apontaram desigualdade em relação à estabilidade entre os profissionais que atuam no setor público e os que atuam no setor privado. Os nutricionistas que atuavam no setor público tinham mais tempo de atuação em Nutrição, quando comparados com os nutricionistas que atuavam no setor privado, mostrando que a estabilidade pode influenciar o tempo de atuação do nutricionista que atua no setor público.

É frequente o relato de que prestaram concurso para uma vaga na área da Saúde e depois tiveram que assumir a Alimentação Escolar do Município ou foram redirecionadas para lá. Em alguns casos, o edital de convocação para o concurso solicitava nutricionista para atuar na área da saúde:

Trabalhava muitos anos na área da Saúde, prestei concurso na Prefeitura de ----- e não sabia que a vaga era para a merenda, pois no edital constava saúde. (Q7)

Prestei concurso público para nutricionista e fui encaminhada para merenda escolar.

(Q3)

Por outro lado, 16 delas (41%) afirmaram que escolheram atuar na área ou aproveitaram a oportunidade, porque gostam, tem interesse ou afinidade com a alimentação escolar.

Porque desde a época da faculdade era a área que eu queria. (Q9)

Porque gosto de trabalhar com educação e estou envolvida com projetos nesta área.

(Q12)

Concurso público, porque gosto da área. (Q28)

A categoria **Escolha voluntária** está constituída das referências ao *querer, gostar, ter interesse, afinidade ou identificação* com esta área. Essas palavras/expressões tinham que aparecer na resposta da questão para caracterizar a escolha voluntária. Importante frisar que estas referências também vieram, em alguns relatos, acompanhadas da afirmação de que houve uma oferta de trabalho no PNAE.

Porque, logo após eu ter me formado apareceu esse emprego, mas sempre foi uma área que eu gostei nos meus estágios na faculdade. (Q39)

Já me interessava pela área e prestei concurso e me efetivei (Q32)

Boa proposta de trabalho – concurso público – interesse pela área. (Q29)

Desde que me formei, sempre quis trabalhar com alimentação coletiva.....passei no concurso público e fui trabalhar no Município... . Hoje, amo o que faço e não me arrependo de ter escolhido essa área. (Q25)

O momento da **escolha** é o ensaio antecipado do comportamento que caracterizará o futuro. Portanto, de acordo com Bohoslavsky (1993), quem escolhe se define por muito mais do que uma carreira, ou seja, opta com o que trabalhar, delimitando quando e onde trabalhar, elegendo uma área específica da realidade ocupacional. A escolha, segundo o autor, também é vista como um momento dinâmico no desenvolvimento da pessoa, incluindo-se num processo contínuo de mudança de personalidade, no qual a dimensão temporal ganha novo sentido.

Parte-se do pressuposto que quem escolhe a área de atuação por afinidade, aproximação, interesse, identificação, o faz consciente do que quer, tendo mais condições de exercer suas atividades com mais motivação e dedicação – busca sua adequação profissional correspondente às suas aptidões e interesses. Segundo Zimmermann (2007), uma boa escolha profissional reflete boas perspectivas ocupacionais, trabalhadores qualificados e comprometidos com suas atividades profissionais.

Entretanto, apesar de a **escolha** ser importante no processo de construção da identidade profissional, não pode ser usada para definir sucesso profissional – muitas são as possibilidades de opção e os motivos que concorrem para a escolha de uma área de atuação. As buscas na literatura não permitiram encontrar subsídios para fazer inferência em relação a esse dado.

3.3 Formação para atuar na Alimentação Escolar: percepções

Das entrevistadas, 31 nutricionistas (79%), consideram que a graduação **não** as preparou adequadamente para a atuação na área de alimentação escolar.

O argumento mais prevalente para justificar essa resposta foi que na graduação não são ou são pouco abordados assuntos pertinentes à alimentação escolar, legislação do PNAE, administração de recursos públicos, como *licitação, prestação de contas, descrição de produtos para editais, controle de qualidade, atribuições do nutricionista*. Percebem que esses assuntos, além de toda a legislação do PNAE, são fundamentais para a atuação do nutricionista na alimentação escolar.

A administração pública possui características muito particulares que a formação acadêmica não proporciona... (Q8)

Alimentação Escolar deveria ser uma disciplina na grade. Ausência de orientações sobre licitações, prestações de contas. (Q18)

Uma dificuldade que encontrei, principalmente, foi a parte de licitações e a legislação pertinentes a essa área e de compras. (Q20)

Pois não são passadas leis referentes e específicas do PNAE (Q27)

Não tive disciplinas em licitação, editais, administração em alimentação escolar. (Q12)

Em pesquisa de Costa (1996) com egressos da Universidade Federal de Goiás (UFG), sobre a formação acadêmica em relação ao atendimento às necessidades do mercado de trabalho do nutricionista ficou evidente que quase

49% acharam que a graduação atendeu parcialmente as necessidades do mercado de trabalho e 86% deles concordaram com a existência de pontos frágeis no curso e as apontaram. A maioria considerou que os pontos frágeis existentes na formação acadêmica acarretaram dificuldades para a atuação profissional.

Já em publicação de 1999 sobre serviços de alimentação escolar, Calil e Aguiar afirmaram que durante a graduação, pouco ou quase nada se fala sobre a atuação do nutricionista em Alimentação Escolar. Poucos são os temas ministrados nessa área nas universidades.

Em uma investigação abrangendo vários cursos de Nutrição, Costa (2002) demonstra que as Ciências Sociais e Econômicas, Saúde Pública e, principalmente, Educação persistem como as áreas mais desvalorizadas nos currículos. A Nutrição é um curso da área da Saúde, em permanente busca de sua identidade profissional e compromisso com o social (ZAINKO, 2000). Sendo assim, a temática da Alimentação Escolar poderia permear a abordagem social dos currículos da Nutrição, porém, apresenta-se deficitária ainda hoje.

Por meio dos conhecimentos que o currículo delimita, explicita ou implicitamente, é que existe a possibilidade concreta de construção de um determinado tipo de profissional e de sociedade. É nesse ponto que se pode dizer da pouca ênfase dada ao tratamento das questões sociais nos currículos de Nutrição.

Os sujeitos sinalizam a tendência da graduação em privilegiar outras áreas da Nutrição, como Nutrição Clínica e Alimentação Coletiva (focando a alimentação do trabalhador):

...a formação é mais voltada para saúde e alimentação coletiva, ficando algumas áreas a desejar. (Q38)

As aulas teóricas e o estágio parecem favorecer mais as áreas de Dietoterapia – hospitais e indústrias com alimentação coletiva. (Q5)

Para Boog (1988), há uma valorização do conteúdo das disciplinas da área biológica, menor valorização e/ou ausência de articulação das disciplinas da área de humanas com as demais, necessidade de antecipação da prática e a necessidade de maior articulação entre teoria e prática.

Na pesquisa de Costa (1996) sobre a relação entre formação e prática, dentre os egressos que avaliaram que a graduação atende plenamente as expectativas em relação ao mercado de trabalho (45% da amostra), o maior percentual é o referido pelos nutricionistas que trabalham com Nutrição Clínica.

Uma constatação sempre presente nos eventos e estudos sobre a formação do nutricionista é a da existência de um “hiato entre o biológico e o social” nos currículos, quando as instituições formadoras e as associações de classe analisaram a formação e detectaram as discrepâncias entre o perfil dos egressos e as transformações ocorridas na sociedade (...). O resgate histórico dos estudos sobre a formação demonstra que a falta de mecanismos concretos para a articulação dos conhecimentos biológicos e sociais é limitada pela deficiência de uma análise crítica da realidade da formação, da prática profissional e da totalidade social (COSTA, 1999).

Segundo Costa (2002) a ênfase no enfoque biologicista aparece desde o início da formação do nutricionista e começa a despontar como empecilho à

formação de um profissional comprometido com uma prática social transformadora, nos eventos realizados na década de 80.

Considerando que a amostra é composta em sua maioria por formadas há até 10 anos, percebe-se que essa tendência antiga dos currículos em privilegiar a área biológica ainda persiste na graduação atual.

Pode-se considerar que a formação do profissional está ligada à demanda do mercado de trabalho, pois, segundo pesquisa recente do CFN (2006) sobre a atuação do nutricionista no Brasil, a área de atuação que mais absorve o profissional (cerca de 41%) ainda é a Nutrição Clínica.

Olhando detalhadamente para a pesquisa do CFN, pode-se perceber que, dentre os sete Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), o CRN₃ (congrega os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) é o único onde a Alimentação Coletiva é a área de atuação que mais absorve o nutricionista, ao invés da Nutrição Clínica (CFN, 2006). Podemos apreender, então, que o profissional que atua em São Paulo deveria ter uma formação privilegiada nos conteúdos ligados à área da Alimentação Coletiva, de onde emerge a subárea de alimentação escolar.

A falta de estágios na área, estágios não adequados ou insuficientes também aparecem pontuados como uma falha da graduação:

... os estágios não preparam o acadêmico para exercer as principais atribuições do nutricionista na merenda escolar. (Q10)

... O estágio que fiz na área, também deixou muito a desejar e hoje, atuando como RT, percebo que não aprendi quase nada do que realmente faço. (Q23)

Esses dados foram confirmados na pesquisa de Costa (1996), onde o principal ponto frágil da graduação, listado pelos egressos, está relacionado à carga horária insuficiente para a prática e à dissociação entre teoria e prática, ponto também abordado em estudo de Saar e Trevisan (2007).

A formação do nutricionista precisa garantir a interação com a prática. Os estágios curriculares devem atingir 20% da carga horária do curso, além de criarem mecanismos que propiciem atividades complementares (MOTTA e col, 2003). Nesse sentido, sugere-se um incentivo aos estágios curriculares em alimentação escolar, trazendo oportunidade para os graduandos conhecerem a área.

Em estudo de Rodrigues (2004) e Amorim e cols. (2001), os estágios curriculares também são apontados como falhos. Muitos entrevistados atribuem a falta de preparo para o mercado de trabalho aos poucos estágios curriculares oferecidos pela Faculdade. A carga horária prática dedicada à atuação junto à comunidade é restrita e os estágios curriculares, geralmente, acontecem no último ano, senão no último semestre do Curso, após o acadêmico ter concluído todos os demais créditos ou disciplinas, dificultando a retroalimentação e novos direcionamentos dos conteúdos trabalhados.

Os coordenadores entrevistados num estudo de Banduk (2005) apontaram algumas mudanças necessárias, na graduação, com vistas ao aprimoramento da construção da identidade profissional pelo futuro nutricionista, enfatizando a importância de uma formação ampla, comprometida com os processos de transformação social, que transcenda a formação técnico-profissional. Alguns relatam a tentativa de implementar currículos integrados e abordagens diferenciadas para aproximar o aluno da prática profissional e dar início à

construção de sua identidade profissional. No entanto, a maioria dos cursos mantém um ensino tradicional, fragmentado e com ênfase nos conteúdos. No mesmo estudo, os estudantes valorizaram o papel do estágio na formação do “ser nutricionista”, solicitando sua antecipação para momentos iniciais do curso.

Embora pareça comum o fato de que o recém formado, em qualquer área de formação, ache que a graduação não foi suficiente para prepará-lo para atuar no mercado de trabalho, predomina nos discursos desta pesquisa uma opinião coesa e objetiva de que as atribuições dos nutricionistas da alimentação escolar são pouco ou nada exploradas na graduação, inclusive nos estágios curriculares e assim continuam, a despeito do crescimento da demanda por profissionais nessa área de atuação. Essa opinião aparece mesmo entre as nutricionistas que se formaram recentemente. Paradoxalmente, a alimentação escolar tem se mostrado uma das áreas de atuação para os nutricionistas que mais cresce no Brasil atualmente.

3.4 Atividades técnicas mais importantes

A análise das respostas permitiu identificar que as atividades listadas como as mais importantes tinham muita afinidade com as atribuições do nutricionista, previstas pela Resolução CFN nº 358/2005, que dispõe sobre todas as atribuições que competem ao nutricionista, no exercício de suas atividades no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (CFN, 2005).

Essas atividades citadas foram comparadas com as atribuições previstas na Resolução.

As atividades mais citadas foram: *Desenvolver projetos de Educação Nutricional com a comunidade escolar (pais, alunos, professores e coordenadores), capacitar agentes do PAE (cozinheiras e ajudantes), elaborar os cardápios considerando as especificidades da população atendida e a supervisão das Unidades Educacionais (incluindo visitas técnicas).* Também foram bastante citados o *controle da qualidade dos produtos e processos e a participação nos processos de licitação dos produtos usados.*

Considerando que no Capítulo I a Legislação lista 21 atividades (entre seus artigos 2 e 4), pode-se dizer que, ao comparar com as respostas apresentadas, oito delas foram citadas pelas nutricionistas como mais importantes, mostradas na Tabela 4.

Tabela 4. Atividades consideradas mais importantes na perspectiva das nutricionistas. São Paulo, 2008.

ATIVIDADE	Nº. CITAÇÕES
Educação nutricional	25
Capacitação de cozinheiras	21
Elaboração dos cardápios	21
Supervisão das U.E.	20
Controle da qualidade	15
Licitação	12
Adequação dos cardápios às Nec. Nutr.	08
Assessoria ao CAE	02

Foram citadas ainda, como atividades importantes o desafio de manter bom relacionamento com cozinheiras, Secretarias da Saúde e da Educação, empresas terceirizadas e seus funcionários, Conselho de Alimentação Escolar (CAE), professores e coordenadores.

Para a maioria dos nutricionistas, é difícil conviver com práticas relativamente novas de participação popular e descentralização de poder. Observa-se a dificuldade em lidar e compreender o conceito de empoderamento, inferindo-se forte influência da formação na área da Saúde, ainda fragmentária e com ênfase na especialização, não favorecendo o trabalho intersetorial nem multidisciplinar requisitado pela sociedade. Empoderar os grupos que atuam no PAE significa tornar competentes tanto as nutricionistas, nos conhecimentos da experiência da população, quanto a população beneficiada pelo programa nos conhecimentos específicos da nutrição. Para tanto, a Organização Pan-Americana sugere que estratégias de “empoderamento” da comunidade supõem, entre outras iniciativas, educação para a cidadania, socialização de informações, envolvimento na tomada de decisões dentro de um processo de diagnóstico, planejamento e execução de projetos e ou iniciativas sociais (CANINÉ e RIBEIRO, 2007).

À formação fragmentária acresce-se a dificuldade de lidar com a difusão da informação e a necessidade, algumas vezes excessiva, de marcar seu espaço profissional. Os nutricionistas precisam ter clareza das atribuições da Instituição, assim como serem por ela “legitimados”, para que possam atuar conjuntamente, evitando constrangimentos causados por falta de conhecimento do verdadeiro papel de cada um (CANINÉ, 2007).

Dado semelhante foi encontrado num estudo de caso publicado em 2009 sobre a atuação e a formação do nutricionista na área de marketing. Quando comparadas as atividades exercidas na área, com as atribuições descritas na Resolução 380 (que trata das atribuições dos nutricionistas), pôde-se afirmar

que essas atividades descritas pelos nutricionistas que atuam em *marketing* estavam de acordo com o proposto pela resolução (CARDOSO e col, 2009).

Nota-se, contudo, que as atividades eleitas como mais importantes são as mesmas desempenhadas em outras áreas de atuação do nutricionista, com exceção de *licitação* e *assessoria ao CAE*. Pode parecer que o próprio nutricionista não valoriza as atividades técnicas pertinentes à alimentação escolar, já que aparecem menos citadas.

A atividade eleita como a mais importante pelas nutricionistas desta pesquisa foi a **educação nutricional**, citada em 64% das respostas.

A Educação Nutricional constitui importante estratégia de ação em saúde pública. É disciplina obrigatória nos cursos de Nutrição e faz parte das ações do nutricionista em todos os campos de atividade, segundo a Lei Federal 8.234/91 que regulamenta a profissão. Pode e deve ser utilizada como importante instrumento de apoio na promoção da saúde, aproveitando o espaço criado pelo PAE para refletir, analisar e discutir esses fatores (COSTA e col, 2001).

Compete ao nutricionista, no exercício de suas atribuições na área de Saúde Coletiva, prestar assistência e educação nutricional a coletividades ou indivíduos sadios ou enfermos, em instituições públicas ou privadas e em consultório de nutrição e dietética, através de ações, programas, pesquisas e eventos, direta ou indiretamente relacionados à alimentação e nutrição, visando à prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde (CFN, 2005).

Analisando entre docentes métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde, Turato (2005) confirma que o nutricionista é visto como educador em todas as áreas de atuação. Para as docentes este significado é compartilhado, podendo ser chamado de significado coletivo.

Uma das prováveis explicações para a grande preocupação que o nutricionista tem em aplicar a Educação Nutricional no seu cotidiano de trabalho é a necessidade de trazer para sua prática questões que o identifiquem mais com a área da Saúde (BOSI, 1996). No Cap. 4 do livro *“Nutrição, Trabalho e Sociedade: uma identidade profissional em conflito”*, Viana (1996) aborda muito bem a identidade profissional conflituosa do nutricionista, e afirma que é possível compreender porque a educação nutricional aparece em primeiro lugar na hierarquia do modelo ideal de prática. Na percepção do grupo, essa seria a principal via para reconhecer-se e se fazer reconhecer como profissional de saúde.

Bosi (1996) acredita ser necessário trazer o cuidado nutricional para dentro das bases da Administração e aponta como solução investir em práticas que mostram caminhos diferenciados ou conhecimentos técnicos exclusivos. Não a simples administração de serviços, nem o preparo das refeições, mas a autonomia técnica: trazer o campo de atenção à saúde para o ambiente industrial, juntamente com todas as avaliações e critérios microbiológicos e nutricionais adequados (RODRIGUES, 2004).

É preciso considerar também que as competências do nutricionista como educador exigem um redirecionamento dos cursos, pois o caráter biológico da formação ainda constitui o denominador comum. A formação como educador não se dá em apenas uma disciplina, mas é uma responsabilidade do curso e de todos os seus docentes. (BOOG, 2008). O ser educador em nutrição não se

resume a transmitir informações corretas de forma didática, porque implica apreender a maneira como o interlocutor vivencia o problema alimentar, não apenas em relação ao consumo alimentar propriamente dito, mas a todas as questões de natureza subjetiva e interpessoal que estão imbricadas no comportamento alimentar (BOOG, 2008).

Em relação à capacitação das cozinheiras, o nutricionista parece bastante consciente da necessidade de aprimoramento constante destes profissionais, que têm contato direto e diário com a alimentação e com as crianças. Torna-se fundamental que sejam valorizados e capacitados constantemente, já que, nas atividades diárias de produção das refeições escolares, decidem o que preparar, para quantas pessoas, em determinado tempo, como servir e higienizar, utilizando-se dos recursos disponíveis na escola (COSTA e col, 2001). Além disso, deve ser considerada a luta das merendeiras pelo reconhecimento profissional como cozinheiras (...): o prazer e o orgulho de seu ofício de cozinhar, além da consciência da importância biológica, psíquica e social de seu trabalho e a relação afetiva estabelecida com as crianças (NUNES, 2000).

Analisando dados de Prefeituras que concorriam ao Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar (organizado pela ONG Ação Fome Zero) em 2004 e 2005, Belik (2006) percebeu que a **capacitação de merendeiras** é a prática mais comum, já que em 92,4% (em 2004) e 76,3% (em 2005) dos casos esta prática é realizada com frequência semestral ou anual nas Prefeituras que concorriam ao Prêmio.

Aqui, um aparte: apesar do programa não considerar mais a alimentação escolar como *merenda* e sim como uma *refeição*, muitos estudos antigos, artigos e pesquisas da área, assim como estudiosos e participantes do

programa o trataram como *merenda* e, conseqüentemente, as cozinheiras como *merendeiras*. Neste trabalho, optei por respeitar a nomenclatura usada pelo trabalho pesquisado ou pelo autor, mantendo a expressão *merenda* e *merendeira*, quando foram usados pelos respectivos autores.

O próprio cardápio é um excelente instrumento de educação nutricional (TURANO E ALMEIDA, 1999, *apud* VEIROS, 2002). Por isso, para o nutricionista aparece a importância de cuidadosa **elaboração e planejamento do cardápio**, em razão da necessidade de aplicar o conhecimento nutricional, respeitando as exigências nutricionais e preferências coletivas, apresentando os alimentos de forma agradável, sem prejudicar seu valor nutritivo, obedecendo a diversos critérios, desde a escolha dos alimentos até à distribuição (ORNELLAS, 1995).

Também a **supervisão / fiscalização das UE** aparece bastante citada nas respostas, provavelmente porque os nutricionistas reconhecem sua importância para garantir a qualidade da alimentação escolar desde o processo de compra e entrega do produto até a operacionalização técnica de pré preparo e preparo das refeições (ANDRADE e col, 2004). A Supervisão garante o cumprimento dos cardápios, o preparo correto da merenda e a manutenção da segurança higiênica e sanitária das refeições produzidas (TENUTA, 2008). Ao conhecer a realidade do grupo em que atua, o nutricionista deve adequar os recursos disponíveis, garantindo o respeito às disposições legais, para equacionar problemas identificados na comunidade a qual presta assistência dietética (DOMENE, 2008).

Corroborando outros estudos, as nutricionistas pesquisadas valorizam a Educação Nutricional como atividade mais importante no trabalho do nutricionista que atua na alimentação escolar, mas também manifestam grande

interesse em atividades técnicas importantes para garantir bons resultados coletivos, privilegiando a capacitação de cozinheiras, elaboração de cardápios e supervisão das UE.

3.5 Cotidiano no PNAE: dificuldades e desafios

Quando perguntada sobre as maiores dificuldades para cumprir suas tarefas cotidianas, a grande maioria das participantes enumerou várias dificuldades, agrupadas pelo pesquisador em duas categorias: relativas às atribuições do nutricionista (como lidar com as cozinheiras e ajudantes e gerenciá-las, balancear cardápios, fazer avaliação e educação nutricional) e outras relativas à administração local do Programa (como falta de profissionais para atender demanda, escassez de investimentos na área, pouca integração com Secretarias da Educação e Saúde).

A categoria dificuldades relativas à administração do Programa concentrou a maior parte das respostas (em 33 dos 39 questionários), onde estão diretamente relacionadas ao PAE do Município, isto é, ligadas à gestão local do programa.

Segundo Calil e Aguiar (1999), muitas Prefeituras tratam o serviço de alimentação escolar de forma amadorística, com improvisações, permitindo que funcionem sem um mínimo de estrutura e organização. Claro que essa é uma visão distorcida, considerando que a alimentação escolar não deve ser

encarada como um “gasto” e sim, um investimento no futuro do próprio Município.

Também em estudo realizado por Pereira (2003) sobre as condições das UE no Rio de Janeiro, os resultados obtidos demonstram que as condições de infra-estrutura para desenvolvimento do Programa encontram-se na sua maioria inadequadas, necessitando de investimentos em obras e reformas urgentes; quanto aos recursos humanos também concluíram que há necessidade de um programa de treinamento específico para melhoria da qualidade da alimentação.

As nutricionistas deste estudo apresentaram como dificuldades relativas à administração local:

- baixa valorização do nutricionista
- pessoas leigas na chefia e em todo o processo interferindo nas questões da alimentação
- falta de nutricionistas para atender à demanda
- verba reduzida para as despesas
- compra de produtos de baixa qualidade e atraso nas entregas
- falta de apoio e comunicação com Secretarias da Saúde e Educação
- infra-estrutura inadequada das cozinhas das U.E.
- interesse político à frente dos interesses do Programa
- cumprimento do contrato terceirizado
- falta de veículo para visitas às U.E.
- falta de cozinheiras (merendeiras)
- manutenção lenta de equipamentos
- ineficiência na compra de utensílios e equipamentos

Há uma queixa constante entre as respostas sobre a baixa valorização do trabalho do nutricionista que atua nesta área. É perceptível nos depoimentos que essa baixa valorização profissional parece passar à margem do nutricionista, sendo atribuída sempre aos outros envolvidos na alimentação escolar, como professores, diretores, secretários da educação e prefeitos.

A valorização do trabalho desenvolvido por nós nutricionistas. Muitas tarefas que tentamos desenvolver no dia a dia são consideradas inúteis, “frescura” de nutricionista. (Q21)

A falta de reconhecimento do nutricionista e da importância da alimentação saudável dada pelos governantes. A cumplicidade e o compromisso das merendeiras com o serviço. (Q29)

O baixo reconhecimento social e a desvalorização profissional são preocupações antigas da categoria e abrangem diversas áreas de atuação do nutricionista (BOSI, 1996; GARCIA, 2006, *apud* SOARES, 2007). O reconhecimento social é uma necessidade do ser humano rumo à auto-realização. A impressão que os outros têm de nós faz parte da formação de nossa identidade (SOARES, 2007). Essa insegurança pode ocorrer desde a entrada do aluno na Universidade, segundo vários estudos (BOOG, 1997; BOSI, 1996; ROTEMBERG e PRADO, 1991).

Outra dificuldade constantemente apontada é a interferência de pessoas leigas nas questões da alimentação escolar:

Pessoas que não são da área técnica querendo interferir e/ou interferindo nas propostas e decisões do meu trabalho enquanto nutricionista. Se cada um fizesse a sua parte, o sistema funcionaria bem melhor. Já é muito bom, poderia ficar ainda melhor. (Q 34)

As dificuldades são inúmeras, começando pela chefia, que geralmente são pessoas leigas, cargo de comissão, portanto não entendem de NADA.(Q2)

O Código de Ética do nutricionista, no Capítulo IV, que trata da Responsabilidade Profissional, traz no artigo 7º, item V, uma das condutas vedadas ao nutricionista: “solicitar, permitir, delegar ou tolerar a interferência de outros profissionais não nutricionistas ou leigos em suas atividades e decisões profissionais” (CFN, 2004). Portanto, o profissional precisa saber impor-se e

estar documentado nas suas ações, de forma a defender-se quando em situação de risco (CALIL E AGUIAR, 1999).

Entretanto, é necessário que o nutricionista que atua nas UE saiba lidar e interagir com os educadores (professores, diretores, técnicos), a fim de formar uma rede de colaboração que garanta boas práticas alimentares e, por consequência, a segurança alimentar e nutricional das crianças. Desenvolvendo seu potencial como educador em nutrição, o nutricionista deve estar presente na transformação do espaço da merenda escolar em um ambiente de promoção da saúde e aprendizagem, considerando que a alimentação saudável se inclui nos requisitos definidos pela OPAS/OMS, para a escola que promove saúde no ambiente escolar e comunitário (AZEVEDO,1999).

Um olhar mais atento sugere que, por vezes o nutricionista pode adotar um comportamento de “*detentor do conhecimento*” na área da alimentação, desprezando a participação e o conhecimento prévio de pessoas não técnicas e desperdiçando boas oportunidades de interação.

Na prática profissional dos nutricionistas que atuam nas escolas, sujeitos de um estudo de Caniné (2007), algumas vezes foi encontrada uma postura autoritária e verticalizada, nem sempre intencional, que coloca o raciocínio científico acima dos saberes populares dos grupos com os quais se envolvem, contrária aos princípios do diálogo. Esse modo de atuar estaria baseado na concepção tradicional de educação e na idéia de que o saber popular é uma forma falsa de conhecimento, devendo ser ignorado. Essa suposição surgiu tendo em vista que algumas profissionais pesquisadas consideram o saber científico relativo à nutrição sua propriedade.

A segunda categoria, "dificuldades relativas às atribuições do nutricionista na alimentação escolar" abrange as referências:

- gerenciamento das merendeiras
- desmotivação da equipe
- capacitação de agentes
- desenvolver projetos de educação nutricional (faltam tempo e informações técnicas)
- dificuldade técnica para lidar com teste de aceitabilidade e licitação
- balanceamento do cardápio considerando verba disponível e adequação às diferentes faixas etárias atendidas pelo Programa,
- relacionamento e comunicação com Secretaria da Educação

A dificuldade mais prevalente foi a complexa relação com as cozinheiras (merendeiras) e sua gestão, o fato de a maioria ser concursada e não ter seu cargo ameaçado refletindo no baixo comprometimento no desempenho de suas tarefas. Também foram citados o pouco preparo técnico para o desempenho das tarefas, a falta de comprometimento e o baixo nível de escolaridade das cozinheiras, o que torna ainda mais difícil o relacionamento.

Merendeiras – algumas “mal” sabem ler e escrever. São mulheres que prestaram o concurso, passaram, mas têm dificuldade em aprender. Por serem concursadas, também não fazem muito esforço (Q6)

As merendeiras são concursadas como serventes, algumas analfabetas, portanto, de difícil compreensão. (Q2)

Tais dados também foram encontrados em sondagem realizada pelo CECANE SC (2008). Quanto às dificuldades na rotina de trabalho do nutricionista, observaram-se problemas na gestão de pessoas, principalmente no que se refere ao relacionamento com cozinheiras.

As cozinheiras fazem parte da categoria que mais têm contato com o nutricionista da alimentação escolar, responsáveis diretas pela alimentação das crianças nas UE, tendo um papel fundamental na organização diária do trabalho do nutricionista. Todas as questões que permeiam o trabalho da cozinheira geralmente são de responsabilidade do nutricionista. Elas também assumem um papel de educadoras em alimentação escolar, em função de seu contato diário e constante com as crianças. Por conta dessa relação intermediando o nutricionista e seu cliente final, é que a gestão desse profissional torna-se um desafio constante na rotina do nutricionista da alimentação escolar.

O volume de tarefas a serem executadas por um número muitas vezes insuficiente de merendeiras (BRITO e cols., 1998) impede que a experiência adquirida por elas seja elaborada, sistematizada e finalmente intercambiada, conferindo significado a esse conhecimento produzido (COSTA e col, 2001). O ritmo de trabalho é acelerado, fazendo com que as merendeiras desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, o que se torna fonte de insatisfação, desgaste e doenças (NUNES, 2000).

O desafio do nutricionista, no contato diário com as cozinheiras, tem sido administrar os conflitos no sentido de melhorar suas condições de trabalho, estabelecer bons vínculos com estes profissionais, criar e executar capacitações constantes e exclusivas a cada ambiente de trabalho e manter boa rede de colaboração entre elas e com elas na prática cotidiana. De fato, essa gestão exige do profissional uma série de qualificações necessárias à gestão de pessoas, que provavelmente não estão entre os conteúdos abordados na graduação, sequer encontrados em livros ou congressos.

É interessante notar que, justamente as atividades que as nutricionistas consideram mais importantes no seu trabalho também aparecem listadas entre as maiores dificuldades no cumprimento das tarefas.

- Desenvolver projetos de Educação Nutricional;
- Capacitar cozinheiras;
- Balancear cardápios considerando peculiaridades.

Provavelmente, isso possa ser explicado pelo grau de complexidade dessas tarefas, uma vez que elas demandam mais tempo, saberes técnicos específicos, busca por informações atualizadas e interação com outros profissionais.

ABREU (1995), MOISES e COLLARES (1995), PIPITONE (1995) citados por COSTA e col. (2001) argumentam que o nutricionista não tem conseguido desenvolver atividades educativas no ambiente escolar, porque talvez se prenda a aulas tradicionais apoiadas em cartazes sobre noções de boa alimentação, ao invés de incentivar e participar de discussões que mostrem a função social e o significado da alimentação escolar e do atendimento das necessidades nutricionais das crianças na escola.

O nutricionista, cuja formação tem interface com o campo educativo, pode (e deve) ter participação ativa nessas discussões, interagindo com a equipe escolar, propondo atividades com o objetivo de esclarecer a importância do PNAE, discutindo sua função na escola e contribuindo para o reconhecimento dos limites e das possibilidades que apresenta como instrumento educativo em nutrição (COSTA e col, 2001). Como educador, deve convencer-se de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção (BOOG, 1997).

Tal fato pode desvelar que o nutricionista percebe toda a complexidade da Educação Nutricional, diferenciando-a da simples Orientação Nutricional, e manifesta sua angústia por não ter condições (financeiras, de tempo, espaço, auxílio de outros profissionais...) para desempenhar tarefa tão especial, já que acaba por priorizar as atividades de fornecimento de refeições às crianças (elaboração do cardápio, compra de produtos, gestão de pessoas, supervisão, entre outras).

A Educação Nutricional dá ênfase ao processo de modificar e melhorar o hábito alimentar a médio e longo prazo; preocupa-se com as representações sobre o comer e a comida, com os conhecimentos, atitudes e valores da alimentação para a saúde, buscando sempre a autonomia do sujeito. O profissional nutricionista é, nesse contexto, parceiro na resolução dos problemas alimentares; visa à integração e harmonização dos diversos níveis: físico, emocional e intelectual, quando se trata de mudanças necessárias ao controle de doenças relativas à alimentação; considera a descontinuidade e a transgressão no decorrer das mudanças nos hábitos alimentares, como etapas previsíveis e pertinentes engajadas num processo difícil e lento, além de enfatizar o diálogo (BOOG, 1997).

A integração entre as atividades de educação alimentar e pedagógicas deve ser estendida do nutricionista aos funcionários e responsável pela UE, buscando a participação de todos (CALIL E AGUIAR, 1999).

Assim, faz-se necessária uma maior integração desses profissionais com a equipe pedagógica. Davanço, Taddei e Gaglianone (2004) afirmam que os gestores e, sobretudo, o professor, devem ser incorporados como membros centrais da equipe de saúde escolar, pois além de possuírem similaridade

comunicativa com seus alunos, têm maior contato com eles e estão envolvidos na realidade social e cultural de cada discente, aspectos estes que facilitam o trabalho.

A questão financeira, pouco citada como dificuldade, envolve a falta de investimentos, o custo baixo da refeição, o orçamento reduzido, a dificuldade na aquisição e reposição de utensílios, equipamentos, manutenção e produtos.

É possível perceber que, apesar da nutricionista identificar que suas maiores dificuldades estão ligadas à administração local do Programa (isto é, dependem da ação de outros profissionais e setores), ela também se mostra consciente da própria dificuldade em cumprir suas atribuições, limitada, muitas vezes, pela grande quantidade de tarefas ou escassez de profissionais na alimentação escolar do Município para compartilhar tarefas. Ressalta-se que ela manifesta enfraquecimento pela baixa valorização de seu trabalho, o que pode contribuir para aumentar suas dificuldades.

A nutricionista parece ainda conviver com o paradigma da grande quantidade de atribuições (regulamentadas e previstas em lei) com suas complexidades versus número insuficiente de profissionais para compartilhar essas tarefas. O desafio que emerge das percepções apresentadas parece ser melhorar suas condições de trabalho nesta área de atuação.

3.6 Cotidiano no PNAE: satisfação com a prática profissional

Para conhecer a opinião dos nutricionistas sobre sua satisfação com a prática profissional, foi utilizada como norteadora uma questão que abordava o desejo de mudar de área de atuação. Rodrigues (2004) também utilizou a questão “*Você gostaria ou não de trabalhar em outra área, dentro ou fora da nutrição?*” para conhecer a satisfação profissional dos nutricionistas que participavam de sua pesquisa, porque acredita na relação entre a vontade de mudar de área de atuação e a satisfação pessoal com as condições atuais de trabalho. Outros autores também trabalharam a relação entre satisfação profissional e desejo de mudar de área de atuação, como L’Abbate (1999) e Bardagi e col. (2003).

Apesar de citarem várias dificuldades para exercer sua prática profissional, a maioria das nutricionistas pesquisadas afirma que **não** pensa em mudar de área de atuação. Afirmaram não pensar nisso no momento da coleta de dados 23 das participantes, o que equivale a 59% da amostra.

A satisfação com a prática profissional no PNAE neste estudo emerge ancorada na declaração de gostarem e terem afinidade com o que fazem, identificarem-se com este trabalho, gostarem do dinamismo e dos grandes desafios assumidos, da conquista vagarosa de seus espaços e da satisfação com os resultados.

Porque gosto muito do que faço, apesar das dificuldades; é gratificante o trabalho e existe resultado e retorno; você acompanha as crianças desde a creche, apesar do salário baixo pela responsabilidade que temos. (Q33)

Porque eu adoro o que faço! (Q9)

Porque gosto de trabalhos dinâmicos, sem muita rotina e a alimentação escolar proporciona isso; é uma área ampla, onde se consegue realizar várias atividades e onde temos um retorno bem fidedigno. (Q 34)

Portanto, a maioria dos nutricionistas da amostra manifesta **satisfação** com sua prática cotidiana na alimentação escolar.

Bosi (2000) já indicava entre os nutricionistas um nível elevado de satisfação no trabalho, aspecto que, no plano da subjetividade, se sobrepõe ao sofrimento vivenciado pelo grupo na sua prática profissional. Os dados apontam um grau elevado de satisfação no trabalho decorrente, sobretudo, da organização pouco rígida nesse *locus* de prática, possibilitando a manutenção de certas características consideradas pelo grupo como fundamentais para a sua realização tais como a autonomia e a criatividade. Este aspecto pode fazer com que o prazer e a satisfação se sobreponham ao sofrimento vivenciado no trabalho.

É interessante notar que este resultado não se repete em pesquisas com nutricionistas que atuam em outra área da Nutrição. Boog (1989) e Rodrigues (2004) em seus estudos com nutricionistas atuantes em outra área da Alimentação Coletiva apontam como prevalente a insatisfação profissional, ligada, sobretudo, ao acúmulo de atividades rotineiras, insuficiência de pessoal auxiliar, longa jornada de trabalho.

Rodrigues (2004), pesquisando a satisfação de egressos do curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), percebeu que os profissionais que atuavam na Nutrição Clínica e Docência foram os que mais manifestaram satisfação, enquanto os que atuavam na Alimentação Coletiva foram os que mais manifestaram vontade de mudar de área. Também em pesquisa realizada pelo CECANE UFBA (BA) para traçar o perfil do

nutricionista do PNAE, ao verificar o nível de satisfação com relação à atuação profissional e condições de trabalho desses nutricionistas, constatou que, enquanto 46% estavam *satisfeitos* com sua atuação profissional, 49% diziam-se *pouco satisfeitos* com suas condições de trabalho (CECANE UFBA, 2008).

Por outro lado, 11 das nutricionistas desta pesquisa disseram estar em dúvida quanto à mudança de área, alegando, entre outros motivos, a baixa remuneração e o desejo de atuar em outra área: a nutrição clínica.

Tenho vontade ainda de trabalhar mais com nutrição clínica. (Q 14)

A remuneração não valoriza o profissional... (Q17)

O ‘sonho da clínica’ – desejo do nutricionista em atuar na dietoterapia – já foi apontado por outros estudos como recorrente em uma grande parcela de nutricionistas, especialmente aqueles que atuam na produção (PRADO,1993; BOSI,1996). De acordo com Bosi (1996), uma das explicações para esse fenômeno estaria no fato de ser a nutrição uma área da Saúde e, assim, ao manifestar o desejo de atuar na Clínica, o nutricionista estaria manifestando “um desejo de resgate histórico de um conteúdo inerente ao ‘ser nutricionista’”.

Queixam-se de que o salário é baixo, a remuneração não as valoriza e algumas parecem estar desmotivadas, o que aparece em algumas respostas e até na forma com que várias preencheram o questionário, com respostas curtas e sem reflexão.

De qualquer forma, a questão salarial, citada poucas vezes, em apenas cinco questionários, levanta a dúvida sobre porque ela é tão pouco explorada.

Em estudo de Rotemberg e Prado (1991) chamou a atenção o fato de os profissionais projetarem uma realização profissional plena com muito trabalho e pouca menção a salários, aquisição de bens materiais e lazer. O dinheiro e a estabilidade financeira não se firmaram como importantes e valorizados.

Rodrigues (2004) aborda muito bem a questão da satisfação profissional em seu estudo. A autora diz que, em relação ao trabalho do nutricionista, é possível identificar alguns pressupostos determinantes para a satisfação profissional, entre eles:

- a) Quanto maior o grau de estabilidade no emprego (seja por dependência ou pelo vínculo empregatício), maior deve ser o nível de satisfação profissional;
- b) Quanto melhor a remuneração, maior o nível de satisfação;
- c) Quanto menor a vontade de mudar profissionalmente (de emprego, de área de atuação, da empresa em que trabalha), maior o nível de satisfação;
- d) Quanto mais longe das atribuições clássicas forem as atribuições de trabalho do nutricionista (p.ex. o trabalho do nutricionista nos restaurantes industriais, muitas vezes, restrito à administração de recursos financeiros), menor o nível de satisfação profissional.

Por outro lado, as que afirmaram pensar em mudar de área de atuação, apenas cinco (13% da amostra) citam como razões a busca por melhor remuneração e valorização profissional, desestímulo e desgaste psicológico e o desejo de atuar em outra área:

Estou desestimulada, tentei entrar no Cecane..., não me chamaram; vou prestar concurso para fiscal do CRN, necessito de valorização profissional e financeira. (Q 2)

Pelo desgaste psicológico que tenho, em virtude do sistema político que oprime e exige posições que são desfavoráveis e antiéticas ao profissional. (Q4)

Em pesquisa com egressos de um curso de Nutrição, Gambardella e col. (2000) constataram que 21,3% dos nutricionistas estavam insatisfeitos no exercício da profissão, alegando como justificativa a baixa remuneração, a necessidade de aprimoramento e atuação fora da área de preferência.

Ainda que manifestem satisfação com a prática cotidiana, 34 nutricionistas desta pesquisa (87%) consideraram necessária alguma mudança para melhorar sua rotina de trabalho, demonstrando estarem conscientes de que há desconforto com a própria prática e que, apesar de todos os problemas, têm um desejo de mudança.

Condição indispensável para uma pessoa ou organização decidir mudar ou incorporar novos elementos a sua prática e conceitos é a detecção e vivência dos desconfortos no cotidiano do trabalho, a percepção de que sua maneira de fazer ou pensar é insuficiente ou insatisfatória para dar conta dos desafios do trabalho. Esse desconforto ou percepção de abertura (incerteza) tem de ser intensamente admitido, vivido, percebido (CECCIM, 2005).

Quando se compara a *satisfação profissional* com o *tempo de atuação na área*, observa-se que as nutricionistas mais insatisfeitas e que pensam em mudar de área são as que têm em média mais tempo de atuação na alimentação escolar, 11 anos. Entre as que estão satisfeitas e, portanto não

pensam em mudar de área, o tempo médio de atuação na alimentação escolar é de cinco anos.

Esses dados sugerem que, entre as nutricionistas que **não estão satisfeitas** com a própria atuação estão as que atuam nela há mais tempo. As nutricionistas que estão atuando nesta área há menos tempo manifestaram-se satisfeitas com seu trabalho.

Outra dimensão comparada à *satisfação profissional* foi a *motivação para atuar no PNAE*: foi evidente a diferença entre as nutricionistas que vieram trabalhar na área porque a escolheram e as que aproveitaram uma oportunidade de emprego.

Entre as 23 que estão satisfeitas com seu trabalho, 13 (56%) vieram atuar nesta área porque queriam, gostavam ou tinham interesse / afinidade.

Entre as cinco que afirmaram o desejo de mudar de área, manifestando insatisfação, apenas uma (20%) veio trabalhar na alimentação escolar, porque escolheu. As outras quatro indicaram ter aproveitado uma oportunidade. Embora esses números não sejam suficientes para inferências, podem sinalizar que esse tema deve ser retomado em outras pesquisas.

É possível afirmar que, neste estudo, as nutricionistas que vieram trabalhar na área de alimentação escolar por afinidade, interesse, gosto ou escolha sentem-se mais satisfeitas com seu trabalho. Entretanto, os dados sugerem que, quando a profissional apenas aproveita uma oportunidade de emprego, sem manifestar afinidade ou interesse pela área, há maior chance de ficar insatisfeita no trabalho e querer mudar o campo de atuação.

Porque eu adoro o que faço. (25 anos de atuação – veio trabalhar na área, porque desde a faculdade era o que queria) (Q9)

Porque gosto muito do que faço, apesar das dificuldades; é gratificante o trabalho e existe resultado e retorno; você acompanha as crianças desde a creche, apesar do salário baixo pela responsabilidade que temos. (8 anos de atuação – veio trabalhar na área, porque é fascinante e gosta muito) (Q33)

Bosi (2000), estudando o cotidiano de trabalho de nutricionistas sociais já trazia e aprofundava discussão sobre as cargas e sofrimentos presentes na subjetividade do grupo. Os resultados indicavam a presença de importantes cargas, com o predomínio das mentais e psico-afetivas sobre as físicas, destacam-se o medo, a ansiedade, o sentimento de desânimo e a impotência; cargas relacionadas por um lado, à problemática sobre a qual atuam e, por outro à formação profissional da categoria, percebida como insuficiente para uma atuação mais eficaz.

No desenvolvimento desta pesquisa foi possível perceber que, embora as nutricionistas tenham manifestado alguma desmotivação em relação ao seu cotidiano, contraditoriamente mostraram-se satisfeitas com sua prática profissional na alimentação escolar. É interessante observar como a satisfação mostrou-se ligada à escolha do profissional pelo campo de atuação *alimentação escolar*.

4 Considerações finais

O desafio assumido diariamente pelos nutricionistas que atuam na alimentação escolar em São Paulo motiva as descobertas desta pesquisa e todo o esforço profissional deste sujeito na busca de melhores perspectivas para esse campo da Nutrição.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa emergiram dos discursos percepções sobre o cotidiano dos nutricionistas que atuam na alimentação escolar e sobre sua formação para atuar nesta área, permitindo alcançar os objetivos.

A maioria dos nutricionistas pesquisados atua na alimentação escolar há menos de cinco anos e conta que veio atuar nesta área para aproveitar uma oportunidade de emprego ou concurso público surgida em sua cidade e não por preferência ou escolha, afinidade ou interesse. Elas consideram que a graduação **não** as preparou adequadamente para a atuação na alimentação escolar, uma vez que os currículos abordam muito pouco as questões específicas da área, como licitação, prestação de contas, legislação do PNAE, entre outras. Predomina nos discursos uma opinião coesa e objetiva de que as atribuições dos nutricionistas são pouco ou nada exploradas pela graduação, inclusive nos estágios curriculares, a despeito do crescimento da demanda por profissionais neste campo. Este parece ser um paradigma que perdura há tempos, já que aparece nos discursos tanto das nutricionistas recém formadas, quanto das formadas há mais tempo. Outra tendência da graduação trazida pelos discursos é privilegiar as áreas clínica, focando conteúdos biológicos, e de alimentação do trabalhador ao focar conteúdos administrativos, além da pouca disponibilidade e efetividade de estágios na alimentação escolar.

Ao comparar as atividades consideradas mais importantes pelos nutricionistas pesquisados com a Resolução CFN nº 358/2005, pode-se notar, contudo, que as atividades eleitas como mais importantes são as mesmas desempenhadas em outras áreas de atuação do nutricionista: a *educação nutricional, a capacitação de cozinheiros, elaboração de cardápios, supervisão de UE e controle de qualidade*. Esse fato pode demonstrar que o próprio nutricionista não valoriza as atividades técnicas pertinentes à alimentação escolar, já que *licitação e assessoria ao CAE* aparecem menos citadas. A atividade citada em 64% dos questionários e considerada pelos participantes como a mais importante, *Educação Nutricional*, embora seja importante estratégia em Saúde Pública, pode estar ligado à necessidade de identificação do profissional com a área da saúde, uma vez que ele desempenha muitas atividades ditas “administrativas” no cotidiano da alimentação escolar. A Educação Nutricional pode também representar o desejo do nutricionista de intervir numa realidade inadequada da alimentação infantil, promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar. É possível perceber o conflito vivido por essas profissionais, quando confrontadas com sua prática: o que elas valorizam e gostariam de realizar e o que é possível fazer considerando a realidade.

Entre as dificuldades mais citadas para cumprir tarefas cotidianas estão as *relativas à gestão local do Programa* (79% dos questionários), como a interferência de pessoas leigas em seu trabalho, número insuficiente de profissionais, verba reduzida, produtos de baixa qualidade e deficiências na comunicação com Secretarias da Saúde e Educação. Essas dificuldades estão ligadas à gestão municipal do PAE e os nutricionistas manifestam exercer pouca ou nenhuma influência nesse âmbito. É também constante a queixa sobre a *baixa valorização do trabalho do nutricionista* nesta área, pontuada como uma ação que “emerge” dos outros profissionais que atuam no ambiente escolar. Essa parece ser uma preocupação antiga que acompanha o profissional e abrange diversas áreas de atuação do nutricionista. São destacadas também dificuldades *relativas às atribuições do nutricionista no*

Programa, como gestão e capacitação das cozinheiras, falta de tempo para executar as tarefas, desmotivação da equipe, adequação do cardápio ao custo e necessidades nutricionais de cada faixa etária. Ao mergulhar nesses discursos começa a surgir a necessidade de apoio e capacitação desses profissionais, já que muitas das questões trazidas podem ser trabalhadas coletivamente em oficinas que explorem a prática.

É interessante notar que, justamente as atividades que as nutricionistas consideram mais importantes no seu trabalho também aparecem listadas entre as maiores dificuldades no cumprimento das tarefas, como **desenvolver projetos de educação nutricional, capacitação de cozinheiras e balanceamento de cardápios**, talvez por seu grau de complexidade, uma vez que demandam mais tempo, saberes técnicos específicos, busca por informações atualizadas e interação com outros profissionais.

A Educação Nutricional, citada como dificuldade, pode indicar uma zona tempestuosa na prática do nutricionista da alimentação escolar, um dos grandes temas que deve ser trabalhado coletivamente. Nos próximos anos essa discussão será intensificada e deverá ser campo para vários trabalhos, pois a Lei nº 11.947/2009 recomenda sua introdução no currículo escolar, abordando temas como alimentação saudável, nutrição e SAN.

Pesquisar a vontade de mudar de área de atuação dos nutricionistas teve por objetivo verificar a satisfação pessoal ao atuar nesta área e seus motivos. Quase 60% dos profissionais que participaram da pesquisa não pretendem mudar de área, têm afinidade e identificação com seu trabalho, com a conquista vagarosa de seus espaços e satisfação com os resultados.

Da amostra estudada, 28% disseram estar em dúvida quanto à mudança de área de atuação, alegando, entre outros motivos, a baixa remuneração e o desejo de atuar na nutrição clínica. Apenas 13 % pensam em mudar de área para buscar melhor remuneração e valorização profissional, por estarem desestimuladas e desgastadas psicologicamente e pelo desejo de atuar em outra área. Portanto, este grupo manifesta-se **satisfeito** com sua atuação na área de alimentação escolar, apesar de não a terem escolhido por afinidade / interesse e dificuldades para o cumprimento das tarefas. A questão salarial foi citada em apenas cinco questionários, deixando a dúvida sobre o porquê essa questão é tão pouco explorada.

Entre as nutricionistas satisfeitas, o tempo médio da atuação na alimentação escolar é de 5 anos, enquanto as insatisfeitas e que pensam em mudar de área têm em média 11 anos de atuação. Este dado pode despertar uma reflexão sobre por que os nutricionistas que atuam há mais tempo encontram-se mais insatisfeitos e desejando mudar de área de atuação.

Ainda que manifestem satisfação com a prática cotidiana, 34 nutricionistas (87%) consideram necessária alguma mudança para melhorar sua rotina de trabalho, demonstrando estarem conscientes de que há desconforto com a própria prática e que, apesar de todos os problemas reconhecidos, têm disposição para assumir um desejo de mudança. Esse é o primeiro passo na busca do aprimoramento e capacitação para o trabalho.

Quando comparada a satisfação profissional com a motivação para atuar na alimentação escolar, foi possível perceber que as nutricionistas deste estudo que vieram trabalhar na área de alimentação escolar por afinidade, interesse por gosto ou escolha sentiram-se mais satisfeitas com seu trabalho. Entretanto, os dados sugerem que, quando o profissional apenas aproveita

uma oportunidade de emprego, sem afinidade ou interesse pela área, há maior chance de ficar insatisfeito e querer mudar para outro campo de atuação.

Este estudo reforça a importância de ampla discussão sobre a formação do nutricionista contemporâneo e a adequação dos currículos às demandas atuais dessa formação. Particularmente, em relação à área de alimentação escolar essas adequações tornam-se fundamentais e urgentes, considerando três grandes razões: temos uma das maiores *políticas públicas de alimentação escolar* do mundo (campo fértil para atuação do nutricionista), a área tem uma *legislação específica* que trata das atribuições do profissional e ainda poderemos ter um *crescimento expressivo na demanda de profissionais* a partir da nova Lei nº 11.947/2009, que amplia suas responsabilidades e possibilidades de atuação na área de alimentação escolar.

Devemos pensar, então, em formarmos profissionais preparados para atender a essa demanda, considerando a pertinência e a importância da Educação Permanente nessa formação. Essa pesquisa tem o intuito de contribuir para a reflexão e a discussão sobre a formação de um nutricionista cada vez mais preparado para as questões que se apresentam.

5 Referências

- AKUTSU, R.C. Os nutricionistas brasileiros: perfil profissional e demográfico. **Revista de Nutrição**, Campinas, 21(1):7-19, jan./fev., 2008
- AMORIM, S.T.S.P.; MOREIRA, H.; CARRARO, T.E. Formação de Pediatras e Nutricionistas: a dimensão humana. **Revista de Nutrição**, Campinas, 14(2): 111-118, maio/ago., 2001
- ANDRADE, L.P.; LIMA, E.S. A formação e a prática do nutricionista: o gênero nas entrelinhas. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, v.26, p. 109-126, dez., 2003. Disponível em:
<www.sban.com.br/educacao/nutrire/download/NUTRIRE-vol26-dezembro2003.pdf>
- ANDRADE, F.F., FERRO, V.C., SILVA, V.G. FALCÃO, C.F. Merenda escolar: municipalização e atribuições do nutricionista. Instituto Ponto Crítico de Ensino, São Paulo. **Rev Higien Alimentar**, vol.18, nº124, set 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. *Histórico do nutricionista no Brasil, 1939-1989: coletânea de depoimentos e documentos.* São Paulo: Atheneu, 1991
- AZEVEDO, A.M.F., et al. Saúde e Nutrição em Escolares. **Saúde em Foco**, Rio de Janeiro, v.3, n.18, p.27-32, 1999. (Informe Epidemiológico em Saúde Coletiva da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro).
- BANDUK, M.L.S.. *A Identidade Profissional nos cursos de Graduação de Nutricionistas do Município de São Paulo: Um processo em construção*_(Dissertação de mestrado em Ciências da Saúde), UNIFESP, São Paulo, 2005. 171p.
- BANDUK, M.L.S.; RUIZ-MORENO, L.; BATISTA, N.A. A construção da identidade profissional na graduação do nutricionista. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.13, n.28, p.111-20, jan./mar. 2009
- BARDAZI, M. P., LASSANCE, M.C.P. ; PARADISO, A.C.. Trajetória Acadêmica e Satisfação com a Escolha Profissional de Universitários em Meio de Curso. **Rev. bras. orientac. prof.** dez., 2003; vol.4, nº.1-2, p.153-166.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977

BARROS, A.J.P. de; LEHFELD, N.A.S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. R.J.:Ed.Vozes, 1990

BATISTA, N.A; BATISTA, S.H.; ABDALLA, I.G. (Org). *Ensino em Saúde: visitando conceitos e práticas*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005. 356 p.

BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. *A gestão do programa nacional de alimentação escolar e o desenvolvimento local* (apresentação sem presença de debatedor) 2006; IE Unicamp. Campinas - SP – Brasil

BOHOSLAVSKY, R. *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOOG, M.C.F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre; v. 1, n. 1, p. 33-42, jan./jun, 2008

_____, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.10, n.1, p.5-19, jan./jun., 1997.

_____, M.C.F; RODRIGUES, K.R.M. & SILVA, S.M.F.. Situação profissional dos nutricionistas egressos da PUCCAMP. II. Relações hierárquicas, atuação profissional, avaliação da formação recebida, percepção de si como profissional da saúde, atualização e filiação a entidades profissionais. **Rev. de Nutrição** (PUCCAMP), 2(1): 55-87. 1989

_____, M.C.F. et al. Avaliação do curso de nutrição. **Rev. de Nutrição** (PUCCAMP); Campinas, 1988, v.1, n.1, p. 24 - 44.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M.. Estratégias de ensino-aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994 .

BOSI, M.L.M. Trabalho e subjetividade: cargas e sofrimento na prática da nutrição social. **Rev. Nutrição**, Campinas, 13(2): 107-115 maio/ago, 2000

_____, M.L.M. *Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão*. São Paulo: Ed. Hucitec; 1996

_____, M.L.M. *A face oculta da nutrição: ciência e ideologia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo- UFRJ, 1988

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 198/GM/MS. *Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor*. Brasília (DF): MS, 2004.14p.

_____. Ministério da Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Secretaria de Assistência à Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 12 p., 1997. Disponível em:
<http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/Resolucao_196_de10101996.pdf>

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Ensino Superior. *Os cursos de Nutrição no Brasil: evolução, corpo docente e currículo*. Brasília, 1983. 280p. (Série Cadernos das Ciências da Saúde, n.6).

BRITO, G.; ATHAYDE, M.; NEVES, N.Y. *Saúde e trabalho na escola*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998

CALIL, R.; AGUIAR, J. *Nutrição e administração nos serviços de alimentação escolar*. Ed.Markovitch, São Paulo, 67p. 1999

CANINÉ, E.S.; RIBEIRO, V.M.B.. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço tempo – educativo. **Ciências educ.** (Bauru) vol. 13, nº1. jan-abr, 2007

CARDOSO, V.M.B; RODRIGUES, T.; MANCUSO, A.M.C.. A atuação e a formação do nutricionista na área de Marketing: Um estudo de caso. **Rev Nutrição em Pauta**; São Paulo, Vol 17, n. 94, P. 5-9, jan-fev/2009

CAREGNATO, R.C.A. ; MUTTI, R.. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, 2006; out-dez, 15(4): 679-84.

CAROTTA, F.; KAWAMURA, D.; SALAZAR, J.. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. **Rev. Saúde e Sociedade**, vol18, supl I, 2009

CARVALHO, R. J. M. *Nutricionista: que profissional é esta? Um estudo sobre o processo de trabalho em alimentação coletiva.*, 1998. 130p. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção), COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

CECCIM, R.B.. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v.9, n.16, p.161 – 77, set.2004/ fev.2005. Disponível em: <<http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/textos%20eps/educacaoopermanente.pdf>> (acesso em junho / 2009)

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR- CECANE SC. Universidade federal de Santa Catarina. *Capacitação de Nutricionistas da alimentação escolar pelo CECANE-SC: Características e expectativas dos participantes.* MARCON, M.C. e col., 2008. Disponível em: <<http://www.cecanesc.ufsc.br/Arquivos/resumos/pesquisa%2011.pdf> > Acesso em junho/2009

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR – CECANE UFBA. Universidade Federal da Bahia. *Perfil do nutricionista do PNAE na região nordeste do Brasil*, 2008. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br/natal/Perfil%20do%20Nutricionista%20do%20PNAE%20na%20Regi%C3%A3o%20Nordeste%20-%20Brasil.pdf>> (acesso em maio/2009)

_____. UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. *Manual de Capacitação para nutricionistas do PNAE.* BATISTA, S.H.; GAGLIANONE, C ; HONORIO, A.R.F.; CONZO, G. ; MORCELLI, P., 2007

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Resolução CNS/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.* Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf> > (acesso em julho / 2009)

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. *Relação de endereços dos cursos de nutrição no Brasil, maio 2009*; Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/cursos_nutricao_maio_2009.pdf> (acesso em agosto / 2009)

_____. *Quadro estatístico do 2º trimestre de 2009*. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/ESTATISTICO-2-TRIMESTRE-2009.pdf>> (acesso em agosto / 2009)

_____. *Revista CFN. Gestão 2006 – 2009: Credibilidade, aproximação com o profissional e integração*. ISSN 1982- 2057; nº 27, ano VII, jan-abril/2009, pag 10

_____. *Perfil da atuação profissional do nutricionista no Brasil* - Brasília- DF. CFN, 2006. 88p. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/pesquisa.pdf> > (acesso em maio/2008)

_____. *Resolução CFN nº380/2005 Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>> (acesso em agosto / 2009)

_____. *Resolução CFN nº358/2005 . Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res358.pdf> > (acesso em agosto / 2009)

_____. *Resolução 334/2004. Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/codigo/codigo%20de%20etica_nova%20redacao.pdf > (acesso em junho / 2009)

_____. *A expansão dos cursos de Nutrição no Brasil e a nova lei de diretrizes e bases – LDB*. Documento elaborado por solicitação do Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. CALADO, C.L.A. 2003. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/expansao.pdf> > (acesso em agosto/2009)

_____. Histórico do CFN. *Jornal do CFN*, Brasília, v.1, n.4, p.2-4; ago. 1999. (Encarte Comemorativo)

_____. Lei 8.234/1991. *Regulamenta a profissão de nutricionista e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/conteudo.aspx?IDMenu=56>> (acesso em junho / 2009)

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V.M.B; RIBEIRO,E.C.O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutrição**, Campinas, 14(3): 225-229, set./dez., 2001

COSTA, N.M.S.C..Repensando a formação acadêmica e a atuação profissional do nutricionista: um estudo com os egressos da Universidade Federal de Goiás(UFG). **Rev. Nutrição**, Campinas, 9(2):154-177, jul /dez,1996

_____, N.M.S.C. Revisitando os estudos e eventos sobre a formação do Nutricionista no Brasil. **Rev. Nutrição**, Campinas, 12(1): 5-19, jan./abr., 1999

_____, N.M.S.C.. *A formação do nutricionista: educação e contradição*. Goiânia; EFG: 2002. 151 p.

COZBY, P.C.. *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento* (tradução Paula Inês Cunha Gomide, Emma Otta). São Paulo: Ed Atlas, 2003

DAVANÇO, G.M.; TADDEI, J.A.A.C.; GAGLIANONE, C.P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de educação nutricional. **Rev. Nutrição**, Campinas. v.17, n.2, p.177-84, 2004.

DOMENE, S.M.A.. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicologia USP**, São Paulo, dez, 2008, vol. 19(4), 505-517

EVANGELISTA, A.M.C.; *Sede de leitura: Memórias da Biblioteca Popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora*. (Dissertação – Mestrado em Educação). Juiz de Fora, Faculdade de Educação da UFJF, 2007. Disponível em:

<http://www.bdttd.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=52 > (acesso em julho/2009)

FAERSTEIN, E; LOPES, C.S. e cols. Pré teste de um questionário multidimensional autopreenchível: a experiência do estudo pró saúde UERJ. **Physis: Revista Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 9(2): 117 a 130, 1999.

FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES, R.. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 23(7):1674-1681, jul, 2007

FEUERWERKER, L.C.M. Educação dos profissionais de Saúde hoje – problemas, desafios, perspectivas e as propostas do Ministério da Saúde. **Revista da ABENO** : 3(1): 24-27, 2003

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Resolução/FNDE/CD/nº 32 de 10 / agosto / 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2006/res032_10082006.pdf> (acesso em ago/2009)

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Dados estatísticos da Alimentação Escolar, 2008. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-dados-estatisticos> (acesso em nov/2009)

FRANCO, M.L.P.B. *Análise de Conteúdo*. Brasília, 3ª ed: Ed. Liber Livro, 2008

FILHO, A.A. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. **Rev Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v8, n15, p.375-80, mar/ago 2004

GAMBARDELLA, A.M.D.; FERREIRA, C.F.; FRUTUOSO, M.F.P. Situação profissional de egressos de um curso de nutrição. **Rev. Nutrição**, Campinas, 13(1): 37-40, jan./abr., 2000

GIL, A.C.. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2007

GIL, M.F.. Recursos humanos em Nutrição no Brasil- nutricionistas. **Cadernos de Saúde Publica**, R.J., 2(4): 561-569, out-dez,1986.

GOTTARDI, R.L.B.; SILVA, A.L. Educação em Saúde: o agente comunitário de saúde sob foco. In: (Monografia) “*Ações educativas: os agentes comunitários do Programa de Saúde da Família do município de Francisco Morato – SP*”, apresentada ao Programa de Aprimoramento Profissional em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Brasil, 2003.

GÜNTHER, H.. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, mai-ago 2006, vol. 22 n. 2, p. 201-210

ICAZA, S.J. *Evolución histórica de la formación del nutricionista-dietista en América Latina*. In: Reunión de Comisión de estudios sobre programas académicos en nutrición y dietética de américa latina, 4. Puerto Rico : opas, 1991. p.51-62.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 4 ed., São Paulo: Cortez; 2004.

L'ABBATE, S.. Educação e serviços de saúde: avaliando a capacitação dos profissionais. **Cad. Saúde Pública**, vol.15, suppl.2. Rio de Janeiro, 1999

LANDIM, F.L.P. et al. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Rev. Bras. em Prom. Saúde RBPS**; UNIFOR, Ceará;19(1): 53-58; 2006. Disponível em: <<http://www.unifor.br/rbps>> (acesso em mar/2009)

LINO, M.M. e cols. Educação Permanente dos serviços públicos de saúde de Florianópolis, Santa Catarina. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 115-136, mar./jun. 2009

LOPES, S.R.S. e cols. Potencialidades da educação permanente para a transformação das práticas de saúde. **Com. Ciências Saúde**, vol 18(2):147-155, 2007

MANCIA, J.R.; CABRAL, L.C.; KOERICH, M.S. Educação Permanente no contexto da enfermagem e na saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF); set/out;57(5):605-10; 2004

MANÇO, A.M.; COSTA, F.N.A.. Educação Nutricional: caminhos possíveis. **Alim. Nutr.**, Araraquara, Faculdade de Ciências Farmacêuticas - UNESP v. 15, n. 2, p. 145-153, 2004

MARCONI, M.A.; LAKATOS,E.M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Ed Atlas, 1ª Ed;1986.

MINAYO M.C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco ; 1992; 269 p.

_____, M.C. (org) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Ed Vozes, 11ª ed. 1999.

MONTOYA, L.M.A.. Significado del saber popular en alimentación en un grupo de nutricionistas dietistas. In: **Perspectivas En Nutrición Humana**, vol. 9, Nº 1 ; Enero-Junio de 2007. Universidad de Antioquia, Medellín. Colombia

MOTA, D.G.; OLIVEIRA, M.R.M.; BOOG, M.C.F.. A formação universitária em Nutrição – **Pro Posições** – vol 14; n. 1(40) – jan./abr. 2003

NICOLETTO, S.C.S. e cols. Pólos de Educação Permanente em Saúde: uma análise da vivência dos atores sociais no norte do Paraná. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.** v.13, n.30, p.209-19, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v13n30/v13n30a17.pdf> (acesso em setembro/2009)

NUNES, B.O.. *O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro*. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2000. ENSP/ FIOCRUZ; 163 p. Disponível em: <<http://portalteses.iciet.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/2000/nunesbom/capa.pdf>> (acesso em maio/2009)

OMETTO, A.M.H. et al. Programa nacional de alimentação escolar: principais componentes dos custos e seus determinantes. **Nutrire: Rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** São Paulo, SP. v.26, p. 19-36, dez., 2003

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. *Formación académica de nutricionistas-dietistas en América Latina*. Washington DC, 1977. 118p. (Publicación Científica, n.340).

ORNELLAS, L. H. *Técnica Dietética – seleção e preparo de alimentos* . 6ª ed. São Paulo: Atheneu, 1995. 320 p

PARANÁ, S.F.P.. *A formação do nutricionista: sob o olhar da relação teoria e prática*. Dissertação de mestrado apresentada a PUC- PR. Curitiba, Paraná. 2004

PEREIRA, O.M.F.. *Programa de alimentação escolar: o estado do Rio de Janeiro em questão: limites e perspectivas*. Tese de doutorado – UERJ; Rio de Janeiro; s.n; 2003. 152 p.

PRADO, S.D. & ABREU, M.S.D., 1991. Nutricionista: onde trabalha? Quais suas condições de trabalho? **Rev Nutrição** (PUCCAMP) , 4(1/2): 65-92.jan-dez,1991

PRADO S.D. *Autonomia tentadora e reificada.- estudo sobre nutricionistas dos Centros Municipais de Saúde do Rio de Janeiro* [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro (RJ): ENSP/Fiocruz; 1993.

REA, L.M.; PARKER, R.A.. *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. Califórnia, EUA; Cengage Learning Editores, 272 pag. 2002.

RIBEIRO, E.C.O.; MOTTA, J.I.J.. Educação permanente como estratégia na reorganização dos serviços de saúde. **Divulg. Saúde debate**;(12):39-44, jul. 1996 NUTES/ UFRJ

RIBEIRO, R. O trabalho como princípio educativo: algumas reflexões. **Rev. Saúde e Sociedade**, vol 18, supl 2, 2009.

RICALDONI, C.A.C.; SENA, R.R. de.Educação Permanente: uma ferramenta para pensar e agir no trabalho de enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem**: nov-dez; 14(6)2006. Disponível em: <www.eerp.usp.br/rlae> (acesso em agosto de 2009)

RODRIGUES, K.M. *Condições de trabalho do nutricionista egresso da Universidade Federal de Ouro Preto/MG: subsídios para a construção de indicadores qualitativos de satisfação profissional*. Dissertação de mestrado, FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 2004

ROTEMBERG,S.;PRADO,S.D.. Nutricionistas: quem somos? **Rev. Nutrição** (PUCCAMP), Campinas, 4(1/2):40-64, jan/dez.,1991

SAAR, S.R.C.; TREVISAN, M.A. Papéis profissionais de uma equipe de saúde: visão de seus integrantes. **Rev. Latino-am Enfermagem**; jan-fev, 15(1), 2007; Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n1/pt_v15n1a16.pdf> (acesso em julho de 2009)

SADCOVITZ, A.L. *O nutricionista formado na cidade do Rio de Janeiro e o mercado de*

trabalho. 1997. 122p. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Instituto de Nutrição/UERJ, 1997.

SANTOS, S.M.C. *Nutricionista e sociedade brasileira: elementos para abordagem histórico-social da profissão*. Salvador, 1988. 240p. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Universidade Federal da Bahia, 1988.

SILVA da, S.M.C S.. O Profissional de Nutrição Frente à Segurança Alimentar e Nutricional. **SAÚDE REV.**, Piracicaba, 6(13): 25-30, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpq/editora/revistaspdf/saude13art03.pdf>> (acesso em agosto/2009)

SOARES, N.T. *Diretrizes curriculares nacionais para cursos de graduação em nutrição e competências profissionais para atuação em segurança alimentar e nutricional: perspectivas dos docentes do Ceará*. Tese de Doutorado; UERJ,IMS- Rio de Janeiro, 2007

SOUZA, M.G.G; CRUZ, E.M.N.T.; STEFANELLI, M.C.. Educação continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. **Rev Esc Enferm USP** 2006; 40(1):105-10. Disponível em: <www.ee.usp.br/reeusp/> (acesso em maio/2009)

STEFANINI, M.L.R. *Programas de suplementação alimentar: uma reflexão sobre o assunto*. São Paulo, 1987 [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da USP].

STEFANINI, M. L. R.; SZARFARC, S. C. . *Merenda Escolar: história, tendências e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. (Tese de Doutorado–FSP/USP); 101 p; 1997 Disponível em: <<http://www.isaude.sp.gov.br/teses/malu97.pdf>> (acesso em maio/2009)

TENUTA, B. Entrevista – In: **Revista Nutrição em Pauta**: Controle de qualidade na produção e exposição de iguarias de serviços de Buffet. Ano XVI - Número 92 – Set /Out de 2008. Disponível em: <http://www.nutricaoempauta.com.br/lista_artigo.php?cod=775> (acesso em agosto / 2009)

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais. A Pesquisa Qualitativa em Educação: O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1987. 173 p.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev Saúde Pública**, 39(3): 507-514; 2005

VASCONCELOS, F.A.G. Origem e conformação do campo da Nutrição em Saúde Pública em Pernambuco: uma análise histórico- estrutural. **Rev. Nutrição**, Campinas, 14 (suplemento): 13-20, 2001

VASCONCELOS , F.A.G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica .**Rev. Nutrição**, Campinas, 15(2):127-138, maio/ago., 2002

VEIROS, M.B.. *Análise das condições de trabalho do nutricionista na atuação como promotor de saúde em uma unidade de alimentação e nutrição: um estudo de caso.* (Dissertação de mestrado submetida à Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis, 2002

VIANA, S.V.. *Nutrição, trabalho e sociedade: uma identidade profissional em conflito.* São Paulo. Ed Hucitec, 167p. 1996

VITTOLO, M.R.. *Nutrição: da gestação à adolescência.* Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 322 p; 2003.

YPIRANGA, L.; GIL, M.F. Formação profissional do nutricionista: Por que mudar? *In: Seminário Nacional sobre o Ensino de Nutrição*, 2. Goiânia. Anais: FEBRAN, 1989.p.19-36

YPIRANGA, L. *Relatório apresentado à ASBRAN e aos cursos de Nutrição do Brasil.* [s.l. : s.n.] 1991. 7p. Informe sobre a participação brasileira no IV Reunião da Comissão de Estudos sobre Programas Acadêmicos em Nutrição e Dietética da América Latina, San Juan, Porto Rico.

ZAINKO, M.A.S. Auto avaliação do processo de formação do nutricionista no Brasil – Os resultados do processo. *In: Cadernos de Alimentação e Nutrição*; Série: Estudos e Pesquisas, cad 01 – Curitiba: CIVITAS:CCAN-Sul, 2000

ZIMMERMANN, A. *A escolha profissional na área da saúde: a opção pela enfermagem.* (Dissertação de mestrado-UNICAMP). Campinas, 2007

6 Anexos

Anexo 1: Questionário



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
SUPERIOR EM SAUDE - CEDESS**

Data: / / 2008

QUESTIONÁRIO

Identificação

1- Nome: _____

2- Data de nascimento ___/___/_____

3 – Sexo: () masculino () feminino

4 – Contato: _____

(email / endereço / telefones)

Formação

5 - Ano da conclusão do curso de Nutrição: _____

6 – Em relação à pós graduação, assinale a alternativa correta: (assinalar apenas 1 alternativa)

- () ainda não fiz pós-graduação e não pretendo fazer
- () ainda não fiz pós-graduação, mas pretendo fazer
- () estou cursando uma pós-graduação
- () já sou pós-graduado

7 - Se já é pós-graduado, informar o maior título: () Especialista
 () Mestre
 () Doutor

8 – Já participou de algum(ns) curso(s) específico(s) para nutricionistas sobre Alimentação Escolar?

() sim () não

9 – Se sim, informar o nome do curso(s):

Perfil profissional

10 – Você é Responsável Técnico por qual(is) Município(s)?

11 – Como nutricionista em seu Município, você é responsável por aproximadamente quantas refeições / dia ? (considerar todas as refeições do dia)

12 – Há quanto tempo trabalha na Alimentação Escolar?

13 - Carga horária de trabalho semanal dedicado ao Programa de Alimentação Escolar: (se tiver carga horária dividida entre a Saúde e a Educação, considerar ou estimar apenas o tempo dedicado ao PNAE)

() 20 hs. () 30 hs. () 40hs. () outro especificar _____

14 – Por que você veio trabalhar na área de Alimentação Escolar?

Necessidades e demandas de formação

15 – Você considera que sua formação acadêmica (graduação) lhe preparou para atuar na Alimentação Escolar?

() sim () não

15.1 - Por que?

16 - Quais **atividades** você considera mais importantes no trabalho do nutricionista que atua na Alimentação Escolar?

17 – Quais são as maiores **dificuldades** que você encontra para cumprir suas tarefas cotidianas no seu trabalho?

18 – Você pensa atualmente em mudar de área de atuação? () sim () não () não sei

18.1 - Por quê? _____

19 – Você considera necessária alguma mudança na sua prática para melhorar a sua rotina de trabalho?

() sim

() não

() não sei

Muito obrigada!

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
SUPERIOR DA SAUDE - CEDESS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- 1- **Titulo do projeto: Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo sobre a formação necessária para atuar nesta área.**
- 2- Estas informações estão sendo fornecidas para a sua participação voluntária neste estudo.
- 3 - Este estudo está sendo desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP – Campus Baixada Santista) e tem como objetivo conhecer e descrever as percepções dos nutricionistas atuantes na Alimentação Escolar sobre a formação necessária para atuação nesta área. As informações colhidas nessa pesquisa servirão para identificar expectativas e fornecer subsídios para elaborar uma proposta de Educação Permanente para nutricionistas que atuam no Programa de Alimentação Escolar do Estado de São Paulo.
- 4 – Caso você concorde em participar deste estudo, será aplicado questionário de auto preenchimento com o objetivo de coletar dados para a pesquisa.
- 5 - Não haverá despesas pessoais para os participantes em qualquer fase do estudo, assim como também não haverá compensações ou benefícios diretos pela participação que deve ser livre e voluntária. Nenhum tratamento específico será oferecido neste estudo.
- 6 - Será garantido o anonimato sobre declarações surgidas no trabalho, assim como o direito de não participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase, sem que isso implique em penalidades de qualquer natureza, permanecendo as garantias oferecidas.
- 7 – Direito de confidencialidade – As informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros participantes, não sendo divulgado a identificação de ninguém. Como participante da pesquisa, seu nome não será informado quando os resultados desse estudo forem publicados.
- 8 - Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Em qualquer etapa da pesquisa você poderá contatar a pesquisadora responsável pelo estudo Andréa Riskala Franco Honório, bem

como a coordenadora Profª Drª Sylvia Batista, no endereço Av. Ana Costa, 95, Santos ou no telefone (013) 3221 9206. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), R. Botucatu, 572, 1º andar, cj. 14, São Paulo, telefone (11) 5571-1062, E-mail: cepunifesp@epm.br.

9 - O pesquisador compromete-se a utilizar os dados e o material coletado apenas para esta pesquisa.

Eu, _____ acredito ter sido suficientemente esclarecido a respeito das informações que li. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo de qualquer espécie.

____/____/____
Assinatura do participante

____/____/____
Assinatura da testemunha

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante para o estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo

Data ____/____/____

Anexo 3: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

São Paulo, 25 de julho de 2008.
CEP 0928/08

Ilmo(a). Sr(a).
Pesquisador(a) ANDREA RISKALA FRANCO HONORIO
Co-Investigadores: Sylvia Helena Souza Batista (Orientadora)
Disciplina/Departamento: CEDESS - Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde da
Universidade
Federal de São Paulo/Hospital São Paulo
Patrocinador: Recursos Próprios.

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA INSTITUCIONAL

Ref: Projeto de pesquisa intitulado: “**Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar no estado de São Paulo sobre a formação necessária para atuar nessa área**”.

CARACTERÍSTICA PRINCIPAL DO ESTUDO: ESTUDO CLÍNICO OBSERVACIONAL - TRANSVERSAL.

RISCOS ADICIONAIS PARA O PACIENTE: Sem risco, desconforto mínimo.

OBJETIVOS: Elaborar uma proposta de Educação permanente para nutricionistas que atuem no programa de Alimentação Escolar do Estado de São Paulo..

RESUMO: Trata-se de estudo que envolverá nutricionistas atuantes na Alimentação escolar no Estado de São Paulo. Entre junho e agosto serão reunidos 200 nutricionistas convidados a participar de uma capacitação de 3 dias, desenvolvido pelo CECANE (Centro Coordenador de Alimentação e Nutrição) - sudeste, e patrocinado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação). Estes nutricionistas são Responsáveis técnicos pelo desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar nos Municípios onde atuam, segundo informações fornecidas pelo FNDE, órgão que gerencia o PNAE. Para compor o estudo, serão escolhidos aleatoriamente 53 nutricionistas atuantes na alimentação Escolar que estarão participando do processo de capacitação. Esses profissionais responderão um questionário sob a forma de autoperenchimento. Os dados serão coletados por pesquisadores treinados na orientação e aplicação dos documentos.

FUNDAMENTOS E RACIONAL: Fundamentação adequada..

MATERIAL E MÉTODO: Descritos adequadamente.

TCLE: Apresentado adequadamente.

DETALHAMENTO FINANCEIRO: Sem financiamento externo.

CRONOGRAMA: 14 meses.

OBJETIVO ACADÊMICO: Mestrado.

ENTREGA DE RELATÓRIOS PARCIAIS AO CEP PREVISTOS PARA: **20/07/09** e **20/07/10**.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo **ANALISOU** e **APROVOU** o projeto de pesquisa referenciado.

1. Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e termo de consentimento livre e esclarecido. Nestas circunstâncias a inclusão de pacientes deve ser temporariamente interrompida até a resposta do Comitê, após análise das mudanças propostas.
2. Comunicar imediatamente ao Comitê qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento do estudo
3. Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos para possível auditoria dos órgãos competentes.

Atenciosamente,



Prof. Dr. José Osmar Medina Pestana
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de São Paulo/ Hospital São Paulo 0928/08

0928/08

Anexo 4: Lista de Municípios representados por nutricionistas
na pesquisa

Lista de Municípios representados por nutricionistas na pesquisa

Municípios do Estado de São Paulo – SP - 2009

Americana	Juquiá
Araras	Laranjal Paulista
Barra do Chapéu	Lorena
Campinas	Miracatu
Canas	Nova Campina
Cerquillo	Pindamonhangaba
Cunha	Rio das Pedras
Cordeirópolis	Salto do Pirapora
Estiva Gerbi	Santa Isabel
Francisco Morato	São Bento do Sapucaí
Ibiúna	Santana do Parnaíba
Ilhabela	Santo Antonio da Posse
Itapeva	Sorocaba
Itaporanga	Taquarivaí
Jacareí	Ubatuba
Jaguariúna	Várzea Paulista
Joanópolis	

Anexo 5: Proposta de Formação

NUTRICIONISTAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:



UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

PROPOSTA DE FORMAÇÃO PERMANENTE PARA
NUTRICIONISTAS QUE ATUAM NA ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR

Essa proposta é um produto gerado a partir da dissertação de mestrado “Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar no estado de São Paulo sobre a formação necessária para atuar nessa área”

Andrea Riskala Franco Honório

Sylvia Helena Souza da Silva Batista

Rachel Zanetta

São Paulo
2009

1. Justificativa

Para construção dessa proposta parte-se do princípio que todo profissional, no exercício diário de sua prática, deve ter, além de seus saberes próprios, domínio sobre um corpo de conhecimento técnico que permita a resolução dos problemas cotidianos, a criação de alternativas, a reflexão contínua, a flexibilização frente às situações rotineiras. Segundo Bosi (1996) o exercício profissional pressupõe um corpo de conhecimento e habilidades, estabelecendo uma estreita relação entre *saber* e *profissão*. O controle legítimo sobre determinada esfera do conhecimento, apresenta-se, portanto, como uma questão crucial para os profissionais em busca de construção de uma identidade e um aspecto fundamental à profissionalização.

O nutricionista que atua na alimentação escolar encara diariamente várias atividades rotineiras que demandam um conhecimento específico deste campo. Entretanto, a alimentação escolar enquanto campo de atuação apresenta uma característica singular de requisitar conhecimentos de diversas áreas da Nutrição. A Resolução CFN nº 358/2005, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do PAE, impõe ao profissional uma série de atividades técnicas a serem cumpridas, o que pressupõe domínio de conteúdos tanto da área clínica, como da alimentação para coletividade e da saúde pública (CFN, 2005). Muitas vezes esses conteúdos extrapolam os adquiridos na graduação e na vivência cotidiana da prática.

Pensando na imensa rede colaborativa formada pelo FNDE, agente federal que normatiza, coordena e monitora o programa e no espaço propício para relações interativas de ensino-aprendizagem entre os profissionais que dividem semelhante prática cotidiana foi possível criar uma proposta de formação para os nutricionistas que atuam neste campo. Essa formação tem como objetivos:

- promover atualização sobre temas importantes para o bom desempenho profissional dos nutricionistas nas suas tarefas cotidianas;
- identificar e trabalhar as questões que os grupos demandam para desenvolver suas atividades específicas previstas na Resolução CFN 358/2005;
- propiciar a criação de um espaço dialógico entre os nutricionistas de uma mesma região, promovendo a interação, fortalecendo entrosamento e a troca de experiências entre eles;
- incentivar a organização de grupos permanentes formados pelos profissionais da região, criando um espaço para reflexão, discussão e busca de soluções entre a coletividade;
- estimular a aproximação entre agentes que atuam no programa, nutricionistas, cozinheiras, diretores e professores de escola, agentes do CAE, órgão gestor.
- motivar os profissionais que trabalham sozinhos em seus municípios a formar uma rede de colaboração e a buscar interação com parceiros

É importante reforçar que a formação compreende um processo de aprendizagem ancorado na intencionalidade, nas características de cada pessoa, nas especificidades de determinada sociedade, nas expectativas quanto à inserção profissional, nos projetos de vida em grupo. Assume-se aqui a compreensão de formação como processo permanente, com momentos provisórios de terminalidade, de onde sempre são geradas novas oportunidades de desenvolvimento (BATISTA, 2004; p.72).

A aprendizagem implica em rede de saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelos indivíduos em suas relações com os diferentes

tipos de informação, revelando complexidade, diversidade e possibilidades de transformação. O sujeito que aprende o faz em um contexto histórico-cultural, construindo modos singulares e individuais de assimilar e transformar as informações, desdobrando-as em formas de atuação. E é nesse movimento de transformação que os sujeitos vão elaborando suas possibilidades de intervir no mundo, questionando o estabelecido e contribuindo com alternativas de superação. Neste sentido, a aprendizagem necessita de contextos sociais de interações, a partir das quais os sujeitos vão se estruturando como pessoas, recriando informações, imagens, experiências e saberes (BATISTA, 2004). Num mundo de mudanças rápidas é também importante o aumento de capacidades que o profissional precisará para detectar problemas e buscar soluções originais e criativas (DÍAZ-BORDENAVE E PEREIRA, 2005).

No sentido de abarcar questões como intencionalidade, especificidade de cada grupo, transformação da realidade, problematização da prática foi elaborada uma proposta utilizando um processo que atenda essas expectativas de formação do nutricionista da alimentação escolar para o seu trabalho: a **educação permanente**.

A Educação permanente é um processo educativo que ocorre no espaço do pensar e do fazer no trabalho. Tem como desafio estimular o desenvolvimento dos profissionais sobre um contexto de responsabilidades e necessidades de atualização, uma vez, que é um processo de reflexão e crescimento com ciclos de mudanças e transformações, considerando para isso o serviço, o trabalho, o cuidado, a educação e a qualidade da assistência. Esta é uma estratégia fundamental às transformações do trabalho no setor, para que este venha a ser um lugar de atuação crítica, reflexiva, propositiva, compromissada e tecnicamente competente (CECCIM, 2005).

Para produzir mudanças de práticas de gestão e de atenção, é fundamental que sejamos capazes de dialogar com as práticas e concepções vigentes, que sejamos capazes de problematizá-las – não em abstrato, mas no concreto do trabalho de cada equipe – e de construir novos pactos de convivência e práticas. Cresce a importância de que as práticas educativas configurem dispositivos para a análise da(s) experiência(s) e valorização dos saberes locais. Tomar o cotidiano como lugar aberto à revisão permanente e gerar o desconforto com os lugares “como estão/como são”. O desafio da educação permanente é estimular o desenvolvimento da consciência nos profissionais sobre o seu contexto, pela sua responsabilidade em seu processo permanente de capacitação (CECCIM, 2005).

Segundo Ricaldoni e Sena (2006), a educação permanente dos profissionais deve constituir parte de pensar e fazer dos trabalhadores com a finalidade de propiciar o crescimento pessoal e profissional dos mesmos e contribuir para a organização do processo de trabalho, através de etapas que possam problematizar a realidade e produzir mudanças.

Na pesquisa que analisava a realidade de EP dos serviços públicos de saúde de Florianópolis, Lino e col (2009) constatou que na visão dos sujeitos do estudo, o processo de Educação Permanente enriquece o trabalhador, possibilita mudanças pessoais e melhoria no atendimento aos usuários do serviço, além de atualizá-lo e motivá-lo para ser ativo nas resoluções de problemas em seu campo de trabalho.

O processo se desenvolve por meio de cursos e eventos que são organizados sob a forma de projetos e realizados como oficinas com dinâmicas de grupo. A forma de desenvolvimento dos cursos geralmente privilegia dinâmicas vivenciais (LINO e col., 2009 p. 128).

2. Características das situações de aprendizagem

A formação profissional dos nutricionistas precisa ser compreendida na perspectiva da educação permanente, havendo espaços para discutir o processo de trabalho, seus determinantes e a validade de resultados que possibilitem a transformação de práticas para melhores soluções dos problemas de saúde da população (CANINÉ e RIBEIRO, 2007). Neste sentido, a grande contribuição da EP seria a organização estratégica do processo de trabalho, a melhoria das relações profissionais entre agentes escolares, o estímulo à reflexão sobre a prática e as mudanças necessárias. Esse processo precisa partir da realidade prática e da vivência profissional do nutricionista para mobilizar uma reflexão sobre essa prática e, a partir daí, trabalhar as questões que emergem.

Neste sentido, essa proposta busca proporcionar momentos de reflexão sobre a prática, discussões coletivas sobre temas importantes, interação entre parceiros e colegas de trabalho, sempre valorizando a experiência profissional de cada um, os momentos dialógicos, as atividades participativas e resgatando o sentido enriquecedor do trabalho coletivo.

De qualquer forma, não há aprendizagem se os atores não tomam consciência do problema e se nele não se reconhecem em sua singularidade (SOUZA e col., 2006).

A aprendizagem pode ser entendida como processo de construção, que proporciona interação entre sujeitos, professores, pesquisadores favorecendo um aprender significativo. Sugere-se como características para os momentos de formação:

- utilizar metodologias diversificadas: trabalhos individuais, seminários, dinâmicas grupais, seminários;

- trabalhar conteúdos relevantes, considerando as realidades de aplicação;

- buscar contextualizar a aprendizagem, relacionando temas e suas relações com a prática;

- valorizar o grupo como espaço que fortalece a aprendizagem, desenvolvendo redes de comunicação entre os sujeitos (BATISTA, 2004; p.63)

As experiências de aprendizagem entre os adultos necessitam ser estruturadas cuidadosamente de modo a estimular diálogos abertos, troca de idéias e respeito à heterogeneidade do grupo e dos seus indivíduos; os professores têm de ser facilitadores ou fonte de recursos para os aprendizes; o conteúdo deve ser baseado em experiências reais e a verificação da aprendizagem baseada em componentes de auto-avaliação (MANCIA, 2004).

O processo de educação de adultos pressupõe a utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que proponham concretamente desafios a serem superados pelos estudantes, que lhes possibilitem ocupar o lugar de sujeitos na construção dos conhecimentos e que coloquem o professor como facilitador e orientador desse processo (BORDENAVE E PEREIRA, 1994).

É preciso ressaltar que os conteúdos trabalhados devem ter funcionalidade e relevância para a prática profissional e devem valorizar os conhecimentos prévios do estudante. A aprendizagem significativa pressupõe uma pedagogia diferenciada, que considere cada aprendiz com seus potenciais e dificuldades e que esteja voltada à construção de sentidos, abrindo assim, caminhos para a transformação e não para a reprodução acrítica da realidade social (MANCIA, 2004).

3. Objetivos

- Identificar conteúdos que não foram ou foram pouco abordados pela graduação e que são fundamentais para o bom desempenho dos nutricionistas nessa área de atuação;
- Identificar as dificuldades que o profissional enfrenta no desenvolvimento de suas tarefas cotidianas na alimentação escolar para discuti-los no grupo, na tentativa de buscar soluções;
- Criar um espaço permanente de formação para os nutricionistas da AE;
- Promover integração entre os profissionais que atuam em localidades próximas, favorecendo a comunicação;
- Desenvolver um banco de dados técnicos acessível inter e intra grupos;
- Proporcionar atualização sobre temas fundamentais para o bom desempenho profissional;
- Despertar o nutricionista para os aspectos sociais da alimentação escolar;
- Incentivar a busca pelas informações e oportunidades;
- Incentivar a reflexão sobre a própria prática;
- Identificar demandas que possam contribuir para o fortalecimento da graduação do nutricionista;
- Promover transformações a partir de novos olhares para a prática;

4. Eixos Temáticos

Para compor os conteúdos trabalhados por esta proposta foram estabelecidos eixos temáticos, considerando dados obtidos na pesquisa de Honório (2009). Através da pesquisa, foi possível identificar as atividades técnicas que os nutricionistas consideram mais importantes, as que eles encontram mais dificuldade para desempenhar e as que proporcionam maior

satisfação no seu cotidiano. Além disso, eles apontaram os conteúdos que não foram ou foram pouco abordados na graduação, mas que são fundamentais para sua atuação na alimentação escolar. Baseada nesses critérios, foi possível estabelecer os eixos temáticos:

- Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como Política Pública e PNAE
- Controle Social no Programa
- Prática profissional do nutricionista da alimentação escolar – vivências
- Legislação do PNAE: licitação e prestação de contas
- Interação com o CAE e agentes escolares
- Educação Nutricional
- Nutrição Infantil: avaliação nutricional, necessidades nutricionais e alimentação infantil
- Capacitação das cozinheiras

5. Dinâmica da formação

A configuração da dinâmica, inspirada na pesquisa de Honório (2009), fundou-se em aspectos que as nutricionistas participantes realçaram como fundamentais para “se formarem”: aproximação entre teoria e prática, abordagem de temas pertinentes e relevantes para o trabalho do nutricionista no PNAE, discussão sobre as várias atribuições do nutricionista no programa, contato com atividades dinâmicas e dialógicas, busca de soluções baseadas em problemas reais da rotina do profissional e reflexões sobre a prática partindo de suas limitações (financeiras, estruturais, de pessoal...) no Município.

- Público alvo: nutricionistas RT e do Quadro Técnico;
- Formação de grupos com até 15 participantes;
- Os grupos serão compostos pelas nutricionistas de Municípios da região (estabelecer de 8 a 15 municípios vizinhos)
P.ex: São José do Rio Preto/ Guapiaçu/ Cedral/ Uchoa/ Ibirá/ Onda Verde/ Ipigua/ Potirendaba – são todos municípios vizinhos na região norte do estado de São Paulo;
- Carga horária: 64 horas

}	- 1º encontro com 8 horas
}	- 5 encontros de 6 horas = 30 h.
}	- atividades extras = 26 horas
- De acordo com os resultados obtidos em pesquisa de Honório (2009) foram escolhidos os conteúdos que estão sendo propostos neste documento. Na pesquisa, 79% dos nutricionistas consideraram que a graduação não os preparou adequadamente para atuar na alimentação escolar porque não foram ou foram pouco abordados assuntos pertinentes ao PNAE, como legislação, licitação, atribuições do nutricionista. Os temas considerados pelos nutricionistas como mais importantes para o desenvolvimento de suas tarefas foram contemplados nesta proposta.
- Durante o 1º encontro, estabelecer com o grupo um Município Pólo, que centralizará a comunicação;
- Local: os encontros poderão ser realizados cada vez em um dos municípios da região, fazendo um rodízio – quando não for possível, realizá-lo no Pólo;
- Frequência dos encontros: mensal;
- Duração de cada encontro: 6 horas;
- 1º encontro: o dia todo (8 h.);
- Inserção de Instituição responsável (FNDE ou IES ou CFN ou CECANE): 1º e 3º encontros;
- Suporte permanente: CECANE

- Apresentação de um PLANO DE INTERVENÇÃO no ultimo encontro.
- Distribuição de certificado da formação

No primeiro encontro o grupo vai se conhecer, estabelecer as regras dos próximos encontros e começar a formar vínculos entre os participantes. O objetivo é que esse vínculo vá se intensificando nos momentos subseqüentes, na medida em que eles terão que realizar algumas tarefas juntos nos intervalos entre os encontros. No segundo encontro, quando eles já se conhecem e já tiveram algum contato, cria-se o grupo de trabalho na internet (1 integrante do grupo), para que eles entrem em contato uns com os outros, troquem informações, fortaleçam o vínculo durante todo o período de formação e criem um espaço permanente de comunicação.

Em todos os encontros o grupo trabalhará os conteúdos sempre em subgrupos, alternando a formação constantemente. Desse modo, o próprio contato durante os trabalhos também favorece o entrosamento e a comunicação entre os profissionais, criando um campo fértil para o desenvolvimento de ações interativas. Além disso, incentiva a busca por soluções na prática e estimula a produção coletiva.

6. Convite

- Inicialmente deverão ser organizados os Municípios que serão convidados a fazer parte da cada grupo;
- Envolver se possível, o CRN local no processo de contato, aumentando a expectativa e a credibilidade;
- Entrar em contato com cada um dos Municípios que compõe o grupo para verificar os nutricionistas que estão atuando e se os dados conferem com o cadastro do FNDE;
- Mandar convites impressos e eletrônicos a cada nutricionista do grupo com antecedência de 30 a 40 dias do evento;
- Frisar, sempre que possível, a importância do comprometimento que o profissional está assumindo ao confirmar a participação;

- A participação nos encontros ficará restrita a quem participou do 1º encontro: a presença no 1º encontro é obrigatória para que o participante faça parte do grupo;
- Solicitar confirmação de presença até 1 semana após o recebimento;
- Faltando 1 semana para o evento, entrar em contato novamente para confirmar e relembrar.

7. Descrição dos encontros:

- 1º encontro

Conteúdo:

- Apresentação do grupo e do evento
Apresentação da proposta, do formato e dos participantes. Utilizar dinâmicas de interação e aproximação
- Política pública – SAN – características do PNAE – controle social
Exposição dialogada sobre a Segurança alimentar e nutricional no mundo e no Brasil e sua relação com o PNAE. Histórico, perspectivas e características do Programa. Estabelecer relação entre essas questões e o trabalho dos nutricionistas no cotidiano da administração do PAE. Abordar as várias formas de controle social no Programa e o papel importante do nutricionista
- Meu trabalho no Programa - um olhar sobre minha prática
Reflexão individual: descrição escrita da própria prática profissional com posterior discussão coletiva sobre pontos comuns. O objetivo é propor ao profissional um exercício constante de olhar e refletir sobre a própria prática. Segundo Vasquez, a teoria depende da prática, na medida em que ela fundamenta a teoria e determina o horizonte de desenvolvimento e progresso do conhecimento.
- Proposta: conhecendo outra prática (atividade extra)
Propor aos participantes a combinação entre duplas desta atividade. Em data previamente marcada entre ambos, um vai passar o dia acompanhando a prática do outro e a descreve. Em outro dia, inverte-se a visita. Nesta atividade o objetivo é mostrar como podemos aproveitar nosso espírito crítico para trazer transformações para nossa prática, além de conhecer novas experiências e exercitar o aprendizado sobre olhar e refletir a própria prática.

- Licitação e prestação de contas – como fazer ?

Atividade em grupo: estudo de caso sobre licitação e prestação de contas.

Exposição dialogada: utilizando questões do estudo de caso e legislação específica, contador discute erros e acertos dos subgrupos, pontos mais importantes sobre os dois temas e tira dúvidas.

- Discussão sobre as necessidades de formação do grupo

Utilizando a Resolução CFN nº358/2005, que trata das atribuições do nutricionista da alimentação escolar, discutir com os participantes quais são os pontos de maior dificuldade na prática. O objetivo é buscar teoria e experiências semelhantes para discussão com o grupo nos próximos encontros.

- Avaliação

Breve avaliação das atividades e expectativas para próximos encontros.

Carga horária: 8 horas

Atividade extra: conhecendo outra prática (8horas) com elaboração de relatório

(já descrita acima)

- 2º encontro

Conteúdo:

- Apresentação e discussão das práticas;
Breve apresentação e discussão das práticas para compartilhar com o grupo as experiências vivenciadas, destacando os pontos positivos
- Encontro com o CRN local e o CECANE;
Utilizando as experiências discutidas no grupo, um representante local do CRN e do CECANE podem conversar e tirar dúvidas dos participantes. Esse é um momento de aproximar os nutricionistas de seu órgão representativo e estreitar esse relacionamento
- CAE – reconhecimento e integração
Exposição dialogada sobre o CAE e atividade em grupo: criar 1 questões ou situações para discutir com o CAE;

Trazer para discussão membro de 2 CAE da região

Objetivo: aproximação e reconhecimento do importante papel do CAE

- Criação de grupo trabalho on line;
Estabelecer criador e forma de trabalho do grupo on line. Essa será uma ferramenta de trabalho para o grupo, além de proporcionar a criação de um espaço de comunicação e integração do grupo todo
- Definição do trabalho final: Plano de intervenção
Discussão e orientação sobre o trabalho: **“Elaborar um plano de intervenção na alimentação escolar de seu Município, a partir dos conteúdos trabalhados nesta formação.”**
- Avaliação
Breve avaliação das atividades e expectativas para próximos encontros

Carga horária: 6 horas

Atividade extra: Pesquisa em grupo: recomendações nutricionais para cada estágio de vida. Propor a cada subgrupo pesquisar um determinado estágio de vida e trazerem essas recomendações para discussão no próximo encontro.

OBS: Caso a primeira atividade extra não tenha sido produtiva, pode-se propor um 2º momento - conhecendo outra prática (8horas) com elaboração de relatório (o que difere da anterior? / o que difere da minha? / o que posso aproveitar?)

Essa é uma segunda oportunidade para conhecer uma prática rica em aspectos positivos, já que pode ser que na primeira atividade isso não tenha acontecido.

- 3º encontro

Conteúdo:

- Educação Nutricional – pesquisa e discussão
Atividade em grupo: elaborar e apresentar uma proposta de educação nutricional;
Trazer um convidado especialista e com experiência nesse tema para uma atividade dialógica.
- Árvore temática: reflexão sobre minha prática
Esta atividade em grupo consiste em montar uma árvore com frutos representando os aspectos positivos e as folhas representando os aspectos negativos da prática do nutricionista na alimentação escolar. Tem como objetivo

proporcionar uma reflexão sobre a própria prática e a vivenciada pelo participante nas duas atividades extras, a fim de gerar alguma transformação em seu cotidiano. A vivência e/ou a reflexão sobre as práticas vividas é que podem produzir o contato com o desconforto e, depois, a disposição para produzir alternativas de práticas e de conceitos, para enfrentar o desafio de produzir transformações (CECCIM, 2005).

- **Exposição dialogada: alimentação infantil**
Exposição dialogada sobre alimentação infantil relacionada a crescimento, desenvolvimento e carências nutricionais e necessidades nutricionais nos vários estágios de vida. Utilizar as recomendações trazidas pelos grupos, que foram propostas no 2º encontro.
- **Avaliação**
Breve avaliação das atividades e expectativas para próximos encontros

Carga horária: 6 horas

Atividade extra: Repensando minha prática – proposta de intervenção
“*A partir dos conteúdos trabalhados, o que posso propor como alteração para melhorar minha prática profissional?*” Atividade individual, com apresentação no próximo encontro.

Segundo CECCIM (2005) para produzir mudanças de práticas de gestão e de atenção, é fundamental que sejamos capazes de dialogar com as práticas e concepções vigentes, que sejamos capazes de problematizá-las – não em abstrato, mas no concreto do trabalho de cada equipe – e de construir novos pactos de convivência e práticas(...).

- 4º encontro

Conteúdo:

- **Discussão da atividade extra, proposta no ultimo encontro – estabelecendo um compromisso**
Objetivo: fechar a discussão sobre as possibilidades de intervenção na própria prática a partir das experiências vividas no grupo e o quanto isso deve ser feito rotineiramente.
- **Capacitando as cozinheiras da Alimentação Escolar**
Apresentação e discussão de varias experiências reais de capacitação para cozinheiras. Ao final, cada participante deve apresentar uma proposta que se adeque à sua realidade e que seja possível implantar em seu Município ou apresentar uma experiência que já implantou

Objetivo: Sensibilizar os nutricionistas sobre a importância da capacitação constante dos agentes e aproximá-las do tema.

- **Aprendendo a planejar**

Escolher uma determinada atividade (P.ex. avaliação nutricional de crianças de CEI) e propor aos grupos que cada um elabore um planejamento para ela. Depois da apresentação, fazer uma exposição dialogada (utilizando brainstorming como partida) sobre planejamento e sua importância nas atividades do nutricionista.

Objetivo: oferecer subsídios para que o profissional aprenda a usar essa ferramenta que otimiza o trabalho.

- **Estudo de caso: relacionamento com os agentes escolares**

Os subgrupos deverão refletir e responder a algumas questões ligadas ao relacionamento com os agentes escolares: professores, diretores, coordenadores pedagógicos. Posterior discussão e proposta de intervenção para situações reais

- **Avaliação**

Breve avaliação das atividades e expectativas para próximos encontros

Carga horária: 6 horas

Atividade extra: leitura de textos / discussão on line / produção de resenha (5hs) (utilizar tema que atenda à demanda do grupo)

Se não houver nenhuma demanda definida, utilizar textos sobre avaliação nutricional e dividir grupos por faixa etária da população a ser avaliada.

- 5º encontro

Conteúdo:

- **Discussão dos textos – apresentação e discussão das resenhas**

Utilizar um tema central para os textos e envolver os participantes na discussão sobre a teoria trazida pelo texto e a sua própria prática

- **Atividade: montando banco de dados para edital de licitação**

Atividade em grupo: cada subgrupo deverá elaborar e apresentar a descrição de 3 alimentos para um edital de licitação; durante a apresentação de cada subgrupo, os outros devem achar aspectos que não foram contemplados.

- **Avaliação nutricional – reconhecendo os instrumentos**

Para introduzir o tema, trazer os instrumentos que são utilizados para fazer avaliação nutricional e propor aos participantes que os nomeiem e digam para o que serve e para que faixa etária (estadiômetro, fita antropométrica, balança digital...) Em seguida, fazer exposição sobre o tema, aproximando os participantes das técnicas e da importância desta atividade para a programação de intervenções adequadas à cada população.

- Preparando o trabalho final

Atividade para tirar dúvidas e trabalhar o tema. Se houver tempo disponível, reservá-lo para trabalho presencial.

- Avaliação

Breve avaliação das atividades e expectativas para próximos encontros

Carga horária: 6 horas

- 6º encontro

Conteúdo:

- Apresentação do Trabalho final

Os participantes devem entregar o trabalho escrito e apresentá-lo, respeitando o tempo pactuado

- Metas do grupo – discussão e pacto

Ao grupo é proposto assumir um pacto de preservar os vínculos e trabalhar coletivamente as questões da prática que aparecem no cotidiano, mantendo a comunicação e a troca de informações e experiência, o que enriquece e fortalece a categoria.

- Avaliação final

- Confraternização

Entrega dos certificados

Duração: 6 horas

7 - Avaliação

A avaliação formal é indispensável para conhecer as repercussões do processo de educação permanente, bem como propor melhorias no planejamento e método do próprio processo – que se retroalimenta (LINO e col, 2009).

A avaliação deve subsidiar todo o processo, fundamentando novas decisões, direcionando os destinos do planejamento e reorientando-o, caso esteja se desviando. Ela adquire a função de verificar se os objetivos estão sendo realmente atingidos, tendo, então, um caráter orientador e cooperativo (BATISTA, 2004).

As avaliações parciais serão realizadas ao final de cada encontro e uma avaliação formal no ultimo encontro do grupo.

Itens que devem ser avaliados:

- todos os 6 encontros individualmente = pode ser avaliado através de dinâmica oral no encerramento de cada encontro e uma breve redação dos participantes abordando o que mais gostou e o que menos gostou naquele dia;

- condições de infra estrutura dos encontros = utilizar um questionário (o mesmo para os 6 encontros) com 6 perguntas sobre distância do local, alimentação, condições do local, o monitor e sugestões para os próximos encontros;

- auto avaliação dos participantes = solicitar no ultimo encontro que os participantes avaliem a si mesmos em relação à pontualidade, cumprimento dos pactos, aproveitamento das discussões, participação. Utilizar questionário com escala de 5 pontos para cada item;

- avaliação do monitor quanto a dinâmicas e atividades realizadas = produção de breve relatório ao final de cada encontro contendo suas

observações sobre o funcionamento do grupo, o cumprimento dos pactos entre monitor e grupo, pontos positivos e críticos do encontro, dificuldades encontradas e características de cada atividade;

- avaliação de conteúdo = o trabalho final de cada participante (escrito + apresentação) será utilizado para avaliar se o conteúdo foi corretamente trabalhado e absorvido.

8 - Referências

BATISTA, S.H.S.da S. (org.). Aprendizagem, ensino e formação em saúde: das experiências às teorias em construção. In: *Docência em saúde: temas e experiências*. BATISTA e BATISTA (org.) São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2004. pag 57 a 74.

BATISTA, N.A. Planejamento na prática docente em saúde. In: *Docência em saúde: temas e experiências*. BATISTA e BATISTA (org.). Ed. Senac São Paulo, 2004; pag 35 – 56.

BOSI, M.L.M. *Profissionalização e conhecimento: a nutrição em questão*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996

CANINÉ, E.S.; RIBEIRO, V.M.B.. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço tempo – educativo. **Rev Ciências educ.** (Bauru) vol. 13, nº1. jan-abr, 2007

CECCIM, R.B. Educação Permanente em Saúde: um desafio ambicioso e necessário. In: **Rev Interface: Comunic, Saúde, Educ**, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005

_____. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciênc. saúde coletiva** vol.10 nº.4, Rio de Janeiro: Oct./Dec. 2005

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº380/2005 Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/pdf/res/2005/res380.pdf>> (acesso em agosto / 2009)

DÍAZ-BORDENAVE, Juan; PEREIRA, Adair Martins. *Estratégia de ensino e aprendizagem*. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HONÓRIO, A.R.F. Percepções e demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar no estado de São Paulo sobre a formação necessária para atuar nessa área. (Dissertação – mestre profissional em ciências da saúde); UNIFESP, São Paulo, 2009

LINO, M.M. e col. Educação permanente dos serviços públicos de saúde de Florianópolis. In **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 115-136, mar./jun.2009

MANCIA, R.J.; CABRAL, L.C.; KOERICH, M.S.. Educação permanente no contexto da enfermagem e na saúde. **Rev Bras Enferm**, Brasília (DF) set/out; 57(5):605-610; 2004

RICALDONI, C.A.C.; SENA, R.R.. Educação permanente: uma ferramenta para pensar e agir no trabalho de enfermagem. **Rev Latino-Am Enfermagem**, novembro-dezembro; 14(6) 2006

SOUZA, M.G.G; CRUZ, E.M.N.T.; STEFANELLI, M.C.. Educação continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. **Rev Esc Enferm USP** 2006; 40(1):105-110. Disponível em: <www.ee.usp.br/reeusp/> acesso em setembro/2009